

LISBOA

BOLETIM DO
GRUPO

"AMIGOS DE
LISBOA"



ANO IX
N.º 36



OUTUBRO
1946



COURAÇA

TORNA OS DENTES BONITOS



CAPTAÇÕES
DE ÁGUA
SUBTERRANEA



FUNDAÇÕES
DE TODOS
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização Técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações

TEIXEIRA DUARTE, L.^{DA}

Rua da Betesga, 57, 3.º, Esq.

LISBOA

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

Empresa Insulana de Navegação

CARREIRAS REGULARES ENTRE LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saidas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saidas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Côrvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Côrvo só se efectua nos meses de Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

AGENTES

EM LISBOA

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.^a classe
Avenida 24 de Julho, 2, 2.^o
Telef. 20214/15

Passagens de 1.^a e 2.^a classe
Rua Augusta, 152
Telef. 20216

NO PORTO

J. T. PINTO VASCONCELOS, LIMITADA

Na Madeira

Em Ponta Delgada

BLANDY BROTHERS & C.^o L.^{da}

BENSAÚDE & C.^a, L.^{da}



Fácil de preparar, de sabor agradável, é um excelente reconstituente altamente nutritivo e de notável digestibilidade — O alimento ideal para colegiais, desportistas, jovens, mães enfraquecidas, débeis, convalescentes e pessoas idosas.

N E S C A O
É UM PRODUTO NESTLÉ
A Marca Que Inspira Confiança

Livraria Portugália

75, Rua do Carmo — Telef. 2 0791

L I S B O A

Livros nacionais e estrangeiros

Grandes sortidos das melhores

edições inglesas e americanas, de

Literatura, Estudo, Arte, História,

Medicina, Economia, Direito' etc.

**Sempre as melhores
novidades**

Últimas novidades literárias

REVOLTA DO SANGUE

por Francisco Costa

Mais um livro do autor de
«A Garça e a Serpente»,
Prémio Eça de Queirós

— Preço 30\$00 —

O ÚLTIMO AMOR DE LUIS XV

por Alice de Oliveira

A consagrada autora da
«História Maravilhosa da
Rainha Astrid»

— Preço 30\$00 —

LEIS DO CORAÇÃO

por Maria de Figueiredo

— Preço 18\$00 —

Edições da Parceria António Maria Pereira // LISBOA

COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedores dos melhores
e mais lindos mobiliários

CÓMODAS DE ESTILO — PORCE-
LANAS DE SAXE — ESPELHOS
DE VENEZA — CANDEEIROS
DE CRISTAL DE FERRO FOR-
JADO E DE MADEIRA — TAPE-
ÇARIAS — MARQUISSETTES E
VOILES SUIÇOS — CARPETES
DE LA

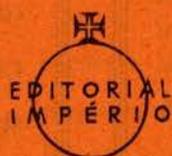
COMPANHIA ALCOBIA

R. Ivens, 14 (esquina da R. Capelo)

Telef. 2 6441

UM BOM LIVRO
UM BOM JORNAL

SÓ NA



MARCA REGISTRADA

COMPOSIÇÃO MECÂNICA



TRABALHOS GRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS



151, RUA DO SALITRE, 155 — LISBOA
TELEFONE PBX 53.173/4

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.
TEL. 4 9313 — LISBOA

— e —
Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º
TEL. (provisório) 5150 — PORTO

Os «Amigos de Lisboa»,

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

CAPITAL: 80.000.000\$00 • FUNDOS DE RESERVA: 64.800.000\$00

SEDE: 95, RUA DO COMÉRCIO, 119 — LISBOA

Filiais — Porto, Coimbra, Braga, Faro e Covilhã.

Agências — Abrantes, Estoril, Gouveia, S. João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Mungalde, Torres Vedras, Tortozendo, Moura, Figueiró dos Vinhos, Matosinhos e Olhão.

Dependências urbanas (LISBOA) — Alcântara, Almirante Reis, Benfica, Conde Barão e Poço do Bispo.

EFFECTUA TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

EXPOSIÇÕES



GRÁFICOS

Recortes, letras em madeira e cortiça
Trabalhos de Carpintaria e Marceneria

Tel. 21483

◆ 42, RUA DA VINHA, 42-A

◆ LISBOA

Eduardo Gomes Cardoso

CONSTRUTOR MECÂNICO

AVENIDA 24 DE JULHO, 26

End. tel.: EDGARD Tel. 60239

LISBOA

Máquinas para a indústria corticeira.
Máquinas para a indústria de conservas.
Geradores de gás pobre para lenha, desperdícios de madeiras, antracites e carvões vegetais.

Bombas centrífugas e rotativas

Transmissões: veias, uniões rígidas e de fricção (embreagem), chumaceiras de rolamentos esféricos, automáticas e de tipo Sellers

Construções e reparações mecânicas

DESENHOS E ORÇAMENTOS

**COMO CONVENCER
A VISITAR A**

GALERIA A. MOLDER?

As nossas últimas aquisições merecem —em toda a parte do Mundo— ser classificadas como boas obras de ARTE!

Novos trabalhos de:

**ALBERTO SOUZA
ALFREDO MORAIS
VARELA ALDEMIRA
CARLOS PINTO RAMOS
MARIO SALVADOR
MARIA ADELAIDE LIMA CRUZ
ATTILA MENDLY
etc, etc.**

Por preços muito acessíveis, poderá V. Ex.^a adquirir lindos quadros para decorar a sua casa

VEJA

AS MAGNÍFICAS AGUARELAS
do famoso pintor espanhol

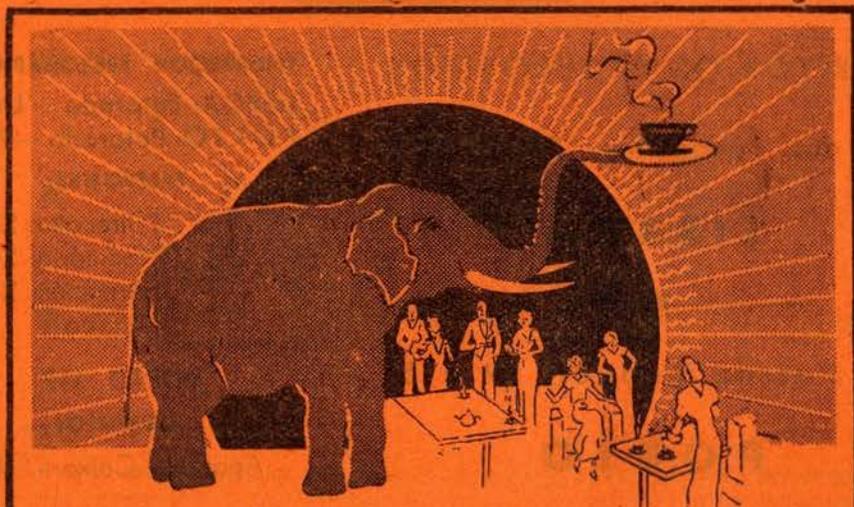
ARMENGOL TERRES

GALERIA A. MOLDER

R. Primeiro de Dezembro, 101, 3.^o

Telefone 2 1514

(POR CIMA DO DO CAFÉ RESTAURAÇÃO)



CHÁ CELESTE

preto e verde, uma delícia!

Companhia do Papel do Prado

Capital Acções 7.000.000\$00

Sede em LISBOA



Especialidade em papéis para escrever, correspondência e livros comerciais; impressão, manilhas, etc. Papéis de cores para capas e para embrulho «KRAFT» e ordinários. Papéis affixes em côr e riscados. Cartolinas. Cartões finos. Cartão-palha, Almagos, Leornes, Mzenas, etc.

Proprietária das Fábricas do Prado, Marianaia Sobreirinho (Tomar)
Peneda, Casal d'Ermio (Louzã) e Vale Maior (Albergaria-a-Velha).

Instalada para uma produção anual de oito milhões de quilos de papel e dispondo dos maquinismos mais aperfeiçoados para a Indústria

ESCRITÓRIOS E DEPÓSITOS

Rua dos Fanqueiros, 270 a 278

LISBOA



Rua Passos Manuel, 49 a 51

PORTO

ENDEREÇOS TELEGRÁFICOS:

LISBOA: Pelprado — Lisboa

PORTO: Pelprado — Porto

TELEFONES:

LISBOA { Direcção: 23623
Escritório: 22331
Armazém: 22335
Estado: 188

PORTO 117

CORREIO:

Apartado Caixa n.º 19

Esta revista é impressa em papel da
COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO

Oferta

27. JUL. 1988

M.

ANO IX

OUTUBRO DE 1946

NÚMERO 36

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —
COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 53173-LISBOA

SUMARIO



■ PAÇO REAL DE ALCANTARA — Sua Localização — Elementos para a sua história desde o domínio filipino, pelo *Dr. Jordão de Freitas*, com uma introdução e um aditamento por *A. V. S.*

■ GENTE CONHECIDA — António Marques Lésblo e a data do seu falecimento, por *Luís Pastor de Macedo*

■ AS IMAGENS E OS PAINÉIS DE S. DOMINGOS DE BENFICA — Notas para a história artística de Manuel Pereira e Vicente Garducho, por *Cruz Cerqueira* — (conclusão)

■ A «LISBOA DE ONTEM E DE HOJE» DO SR. ROCHA MARTINS, por *Mário de Sampaio Ribeiro, Luís Pastor de Macedo e outros* — (conclusão)

■ HISTÓRIA DE UMA CASA POMBALINA, por *José de Campos e Sousa* — (continuação)

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS
OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

OLMSTED

Division: STATE ARCHIVES
 Office: BUREAU OF ARCHIVES
 Building: STATE ARCHIVES BUILDING
 City: CHICAGO, ILL.

SUMMARY

1. This is a copy of the original document.
 2. The document is a letter from [Name] to [Name].

3. The document is dated [Date].

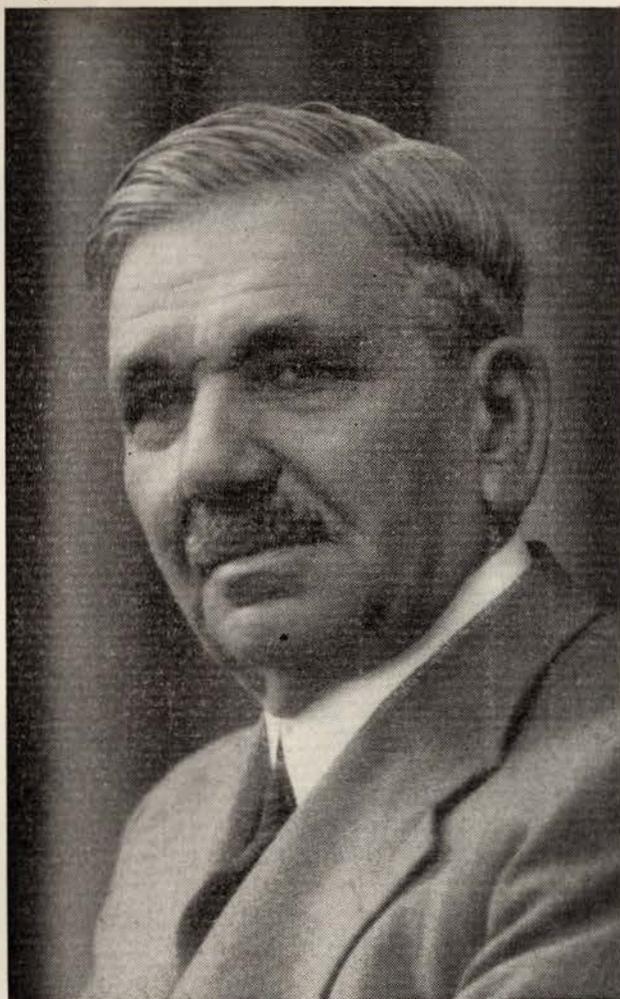
4. The document is a copy of the original document.
 5. The document is a letter from [Name] to [Name].

6. The document is dated [Date].

7. The document is a copy of the original document.
 8. The document is a letter from [Name] to [Name].

9. The document is dated [Date].





ANTÓNIO DO COUTO

Mais um companheiro que desaparece e que faz falta. Trabalhador apaixonado, amando a sua profissão, servida sempre com honra e competência, defendendo a sua cidade natal com orgulho e amor, António do Couto deixou-nos há pouco, abrindo um vazio doloroso neste bloco de actividade alfacinha onde se vive longe de todos os interesses materiais, numa defesa de consagração e num paladinismo de espírito que afervora as amizades. De ânimo completo dedicou-se ao estudo e à reintegração da Sé Catedral de Lisboa. Soube entendê-la, e viveu-a, mais do que a estudou, uma grande parte da sua vida bem lutada e quanta vez bem cortada de sacrifícios. Honrando a casa que o educou e para a qual sempre tinha uma palavra de saudade, António do Couto nobilíssimo carácter, em todas as actividades da vida, afirmou a sua individualidade de artista e o seu talhe perfeito de homem de bem. Na Escola, no Desporto, no «Atelier», todos encontraram o homem bom e o homem simples. De nós — os Amigos de Lisboa — aqui fica marcado o sentimento vivo da sua perda.

Paço Real de Alcântara

Sua localização — Elementos para a sua história desde o domínio filipino

Pelo Dr. JORDÃO DE FREITAS

O ilustre escritor e director que foi da Biblioteca da Ajuda, Dr. Jordão de Freitas, publicou em três números do jornal «A VOZ», de 31 de Janeiro, 3 e 6 de Fevereiro de 1928, um interessante e importante estudo sobre o Paço de Alcântara e quintas anexas, cujo objectivo principal era rebater asserções inexactas, que se iam (e vão ainda) reproduzindo de escritor para escritor.

Além disso, dá-nos noticias históricas e descritivas muito pormenorizadas dos edificios e quintas de que trata, e das pessoas com elas relacionadas, as quais, custosamente colhidas e entretecidas, correm todavia o perigo, devido à vida fugaz de artigos em jornais, de se perderem, e de ficarem desconhecidas das pessoas que por tais assuntos se interessam.

Portanto, para lhes assegurar a conservação fácil e cómoda, obtida a devida autorização do autor, a Direcção deste Boletim resolveu publicar novamente os referidos artigos, ilustrando-os com mapas e gravuras que facilitam a sua intelligência, e aos quais o seu autor fazia referência no jornal, sem todavia os publicar.

A. V. S.

Reportando-se ao ano de 1770, diz Fr. Cláudio da Conceição (1): «No dia 6 de Junho, aniversário do nascimento do Senhor Rei D. José, deo o Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros D. Luiz da Cunha, nas casas onde residia em a Quinta de Sua Magestade da Tapada de Alcântara, antiga residencia dos nossos soberanos, um grande jantar, em que foram convidados todos os Ministros Estrangeiros e a Corte».

Nesta data havia quatro meses e cinco dias que, à custa de território tirado às paróquias da Ajuda, Santos e Santa Isabel, que na ribeira de Alcântara entestavam, se tinha inaugurado, um pouco ao ocidente desta ribeira, a nova freguesia de S. Pedro; havia sido transferida do bairro de Alfama, onde séculos antes fôra primeiramente criada e cuja sede o terramoto de 1755 abatera, soterrando não poucas pessoas que lá se achavam então.

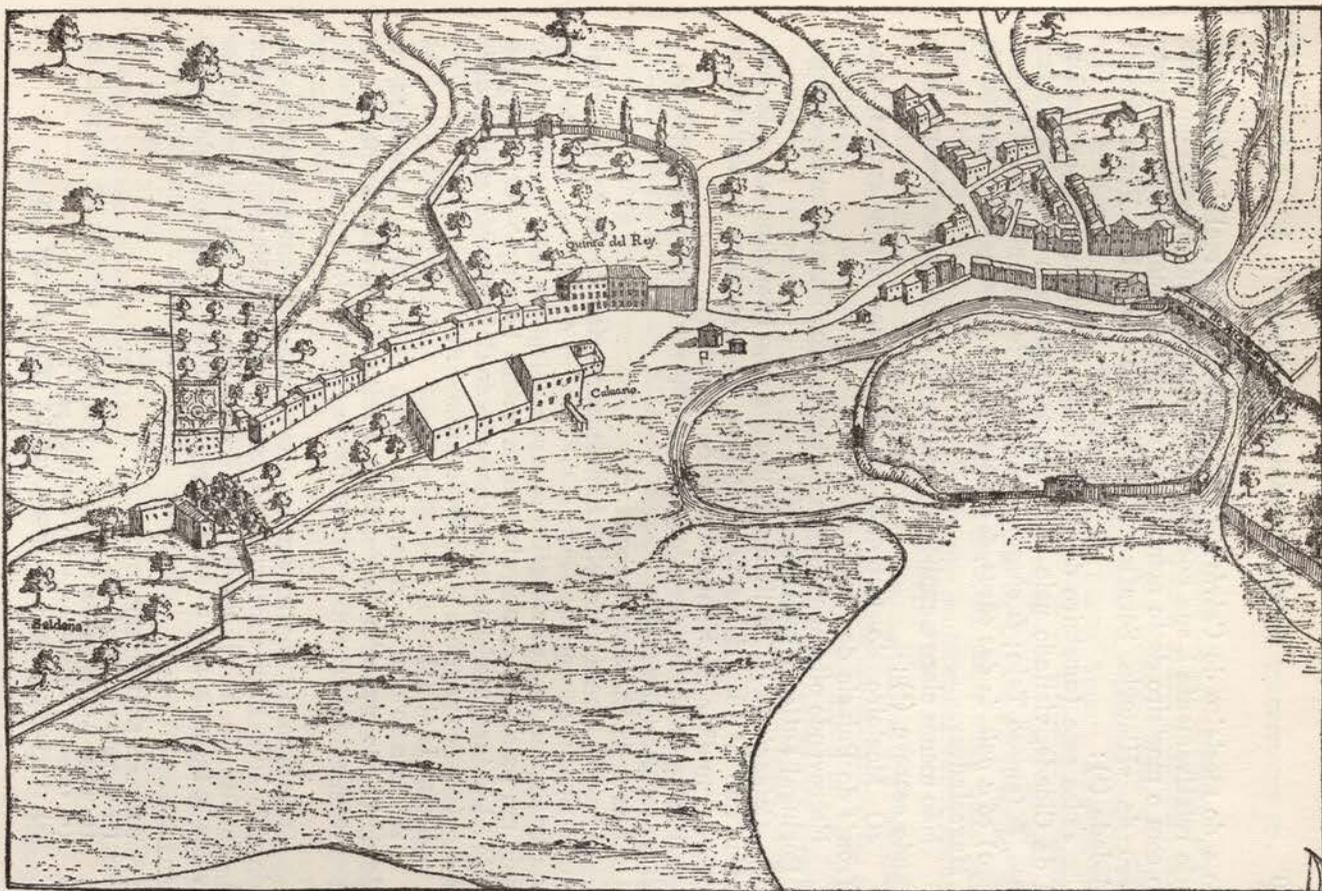
Posto de lado o projecto de lhe dar por sede a capela de Santo Amaro, que o terramoto poupou, haviam-na instalado na pequena ermida ou capela da Caridade, recentemente erecta no lado occidental do largo do Calvário, junto à igreja do derruído mosteiro deste nome, que o terramoto também abatera. Nesta ermida funcionou a freguesia durante dezasseis anos, isto é, até o dia 18 de Fevereiro de 1786, em que passou para o templo actual, na calçada da Tapada.

Quem se tiver fiado nas indicações fornecidas na pág. 377 do «Guia de Lisboa», vindo a lume em 1924, dirá que o real palácio de Alcântara — habitado no século XVII por D. João IV e seus filhos D. Afonso VI e D. Pedro II, e ao qual Fr. Cláudio da Conceição faz referência na notícia que deixo transcrita — ficava situado «onde está hoje o grande edifício que tem face para o largo do Calvário e Rua de Santo António», mais modernamente Rua Rodrigues de Faria: ou seja onde se acha instalada a Sociedade Promotora da Educação Popular.

Nada mais inexacto e erróneo. Deste erro enfermam os artigos que o sr. João Paulo Freire (Mário) publicou no *Diário de Lisboa* dos dias 16 e 29 de Setembro do ano passado (1927) e em *A Voz* de 27 de Novembro e 7 de Dezembro do mesmo ano e 22 do corrente mês de Janeiro (1928), quer quando repetidamente afirma que o palácio real de Alcântara, habitado por D. João IV e seus filhos sucessores, D. Afonso VI e D. Pedro II, é o edifício da *Promotora*, quer quando assevera que o mosteiro do Calvário ficava «junto ao Palácio Real», «ao lado e não defronte deste palácio».

Esta confrontação de contiguidade é a do vizinho mosteiro de Nossa Senhora da Quietação, vulgarmente chamado das Flamengas, e

(1) «Gabinete histórico», tomo XVI, 1831, pág. 344, aliás 374.



Vista do Palácio do Calvário e planta em perspectiva do sítio do Calvário, entre os anos 1679 e 1727 (Jordão de Freitas)

não a do mosteiro do Calvário. A situação do paço real de Alcântara, tanto relativamente à sua posição no largo do Calvário, como em relação com o mosteiro deste nome, está nitidamente marcada no seguinte passo da «Historia Serafica Chronologica», de Fr. Fernando da Soledade (2):

«Fica este (mosteiro do Calvário) em Alcântara, burgo occidental da Cidade, visitado pela parte do meyo dia com as ondas do fermoso, & famoso Tejo; & *cingido pela do Norte* (ficando huma rua em meyo) *cõ a galaria das casas*, & quintas aonde costumam vir recrear-se as Magestades».

-Não menos claro e explícito é o autor da «Corografia Portugueza», quando escreve (3):

«O Mosteiro do Calvario, de Religiosas Franciscanas, fica *defronte* do Palacio de Alcântara».

Escrevendo oito anos depois do terramoto, diz o autor do «Mappa de Portugal antigo e moderno» (4):

«*Calvario* — De Religiosas Observantes Franciscanas, que fundou no ano de 1617 *defronte* do Palacio de Alcântara D. Violante de Noronha, mulher de Manuel Telles de Menezes».

Passemos aos autores do século XIX, que escreveram antes de o palácio ter sido demolido.

Inácio de Vilhena Barbosa (5):

«*Palacio de Alcântara*. — Saíndo as portas de Alcântara, caminho de Belem, encontra-se *logo á direita* um edificio de tão modesta apparencia, que um estrangeiro que por ahi passe, não presume estar vendo um palacio, e menos ainda uma antiga habitação real... O palacio de Alcântara, modernamente chamado do Calvario, por estar situado *em frente* do convento e largo deste mesmo nome».

Pinho Leal (6):

«O palacio real de Alcântara... está ás portas de Alcântara, do lado do O., no caminho de Belem, *á direita*. *Em frente* do palacio de Alcântara, está tambem o Convento do Calvario».

O palácio de que se trata — ampliação da antiga moradia da quinta de João Baptista Revelasca, gentil-homem milanês, contratador da pimenta da Mina, depois de 1580, a quem fôra confiscada por dívidas à fazenda real — acha-se registado, em 1762, no lado direito

(2) Tomo 5.º, 1721, pág. 337.

(3) Tomo 3.º, 1722, pág. 650.

(4) Tomo 3.º, 1763, págs. 211-212.

(5) «Archivo Pitoresco», tomo 6.º, 1863, pág. 22.

(6) «Portugal antigo e moderno», vol. 1.º, 1873, págs. 67 e 69.

(norte) do arruamento chamado então Rua de S. Joaquim (7), ou fosse, no lado norte da rua que, seguindo-se à então ainda não denominada Rua Direita de Alcântara, tinha seu começo junto ao «Arco do Calvário» (correspondentemente à entrada da moderna Rua da Creche) e terminava na esquina da Rua de Santo Amaro. Existia, portanto, não ao sul, mas na parte norte do largo do Calvário, no terreno em que assentam os modernos prédios construídos entre as embocaduras das também modernas Rua de Leão de Oliveira e referida Rua da Creche. A esta frente do palácio seguia-se, para leste, uma parte da quinta real, limitada por um muro que se estendia até à esquina oriental da igualmente moderna Rua Escola-Asilo.

Caminhando do nascente para o poente, ao palácio real seguiam-se então, depois do mosteiro de Nossa Senhora da Quietação ou das Flamengas: o palácio pertencente à duquesa de Abrantes, a quem pouco depois sucedeu sua sobrinha D. Madalena de Lencastre Barreto — palácio a que estava anexa a ermida de S. Joaquim, origem do nome da rua; o palácio e quinta dos 7.º condes de S. Lourenço; e duas outras propriedades pertencentes a estes mesmos titulares.

Em 1762-1764, o arruamento em cujo lado direito (norte) estava situado o palácio real de Alcântara, vem assim designado no correspondente Livro dos «Prédios», existente no arquivo do Conselho Superior de Finanças — primeiro duma vastíssima colecção de volumes manuscritos que começa em 1762 e termina em 1834: «Bairro de S. Joaquim. — Rua que sai do Arco para Santo Amaro — I: Palacio de Sua Magestade em que vive o Ex.^{mo} D. Luís da Cunha». Da ponte de Alcântara até este Arco era a «rua direita do ferrador». Em 1765, a primeira destas ruas passou a denominar-se simplesmente: Rua Direita de S. Joaquim; à segunda deu-se então o nome de: Rua Direita de Alcântara.

Em 1809 (ano em que os prédios desta freguesia já tinham número de polícia nas suas portas), a Rua Direita de Alcântara foi acrescentada na parte ocidental, abrangendo o recolhimento do Calvário, e estendendo-se até ao antigo mosteiro das flamengas. A parte restante da Rua de S. Joaquim passou a denominar-se Rua do Calvário, desaparecendo por isso a denominação anterior, conquanto lá continuasse a existir a velha ermida que lhe dera o nome. Ao palácio real, assim incluído na Rua Direita de Alcântara, corresponderam então os n.ºs 66 (loja), 67 (idem), 68 (idem), 69 (idem), 70 (porta de entrada para o palácio), 71 (loja), 72 (idem), 73 (cocheira), 74 (porta de escada), 75 (idem), 76 (cocheira) e 77 (entrada da quinta).

(7) Livro 1.º dos «Predios», no Archivo do Conselho Superior de Finanças.

O prédio em que actualmente se acha instalada a Sociedade Promotora de Educação Popular, recebeu os n.ºs 58 a 62, e um prédio do Recolhimento do Calvário os n.ºs 64 e 65.

Assim foi até 1834, ano em que termina a vastíssima colecção dos livros dos «Prédios», «Décimas» e «Arruamentos», iniciada em 1762, a que acima me referi.

Conforme se depreende dos livros das «Desobrigas» desta freguesia, por mim consultados, parece que, a partir de 1835, deixaram de pertencer à Rua Direita de Alcântara os prédios que lhe tinham sido acrescentados no ano 1809; com eles foi ampliada a Rua do Calvário, que passou a ficar com a mesma extensão que havia tido a denominada Rua de S. Joaquim, e dando-se o n.º 1 à primeira porta do prédio em que a *Promotora* se acha instalada. Certo é, porém, que a «Planta da real quinta do Calvário, levantada e desenhada por José António de Abreu, em 1844» e publicada em 1847, a Rua Direita de Alcântara continuou a estender-se até o mosteiro das Flamengas. O mesmo se verifica em 1859 (8).

Diferentemente do que o sr. João Paulo Freire julga na sua carta publicada em *A Voz* do dia 24 p. p. (Janeiro de 1928), a «rua em meio» entre «a galeria das casas e quinta aonde costumam vir recrear-se as Magestades» e o lado norte do mosteiro do Calvário, a que se refere a «Historia Seráfica», não é a «hoje simples travessa» que está no largo do Calvário, mas indubitavelmente a rua que directamente conduzia, e conduz, a Santo Amaro, pelo mosteiro de Nossa Senhora da Quietação — (mosteiro vulgarmente chamado das Flamengas), que ficava *contíguo* ao palácio real da quinta de Alcântara» (9).

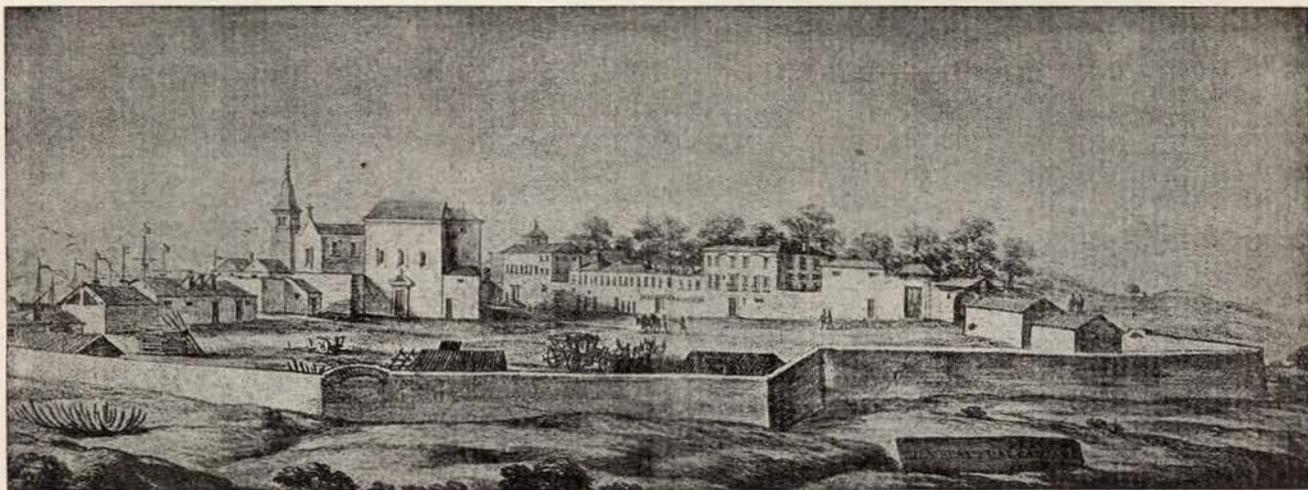
Conquanto não imprópria, é ilusiva e enganadora a expressão «vastas cocheiras deste palácio», empregada por Pinho Leal, quando diz (10): «Nas vastas cocheiras deste palacio se guardam alguns dos mais antigos coches da casa real. São dos que serviam na festividade da pregação da Bulla da Santa Cruzada, que ainda ha poucos annos se fazia na egreja de S. Roque, com grande pompa, e á qual assistia a principal nobreza do reino».

Ilude-se e cai em erro quem de tal expressão concluir que o palácio real de Alcântara estava no mesmo prédio em que se achavam as «vastas cocheiras» e que, portanto, o edifício do Paço era o que occupa a *Promotora* — o que aliás estaria em desacordo com o que Pinho Leal

(8) «Archivo Pitoresco», tomo 2.º, pág. 153.

(9) «Elementos para a história do município de Lisboa», 10.º, 1899, pág. 335, nota de Freire de Oliveira.

(10) Obra citada deste autor, vol. 1.º, 1873, pág. 68.



VISTA DO PAÇO DE ALCANTARA EM 1668/69

*Reprodução de um desenho aguarelado de Pier Maria Balbi que ilustra a obra
«Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal» — editada em Madrid
Lámina LIV*

escreveu a págs. 67 e 69, por mim já citadas. Semelhantemente ao que sucedia com o palácio dos descendentes de Vasco Fernandes César (Sabugosas e S. Lourenços — destes, a partir do 5.º conde), que tinha as suas cocheiras no lado oposto (sul) da rua de S. Joaquim, o Paço real de Alcântara, *contíguo ao mosteiro das Flamengas*, tinha as suas cocheiras num edifício mandado construir em terreno situado na parte sul do largo, já então e desde havia muitos anos, chamado do Calvário.

Deixemos por momentos o régio palácio e passemos à quinta real, que lhe estava contígua.

Na posse de D. Filipe II (1593-1621), este monarca entregou a sua administração ao licenciado Molina de Medrano (1605-1606); a este sucedeu D. Melchior de Teves.

Tendo sido resolvido introduzir-lhe grandes melhoramentos, foi nomeado superintendente das obras o architecto Teodósio de Frias, que, nas casas que haviam sido moradia de João Baptista Revelasca, estabeleceu a sua residência e nelas viveu até o seu falecimento, em 11 de Novembro de 1634. Muito importantes foram os melhoramentos efectuados neste reinado e no de Filipe III (1621-1640).

Muito restrita era a delimitação da quinta *no tempo de D. Pedro II*, conforme no-lo indica uma planta manuscrita, inédita, desenhada entre 1679 e 1727 e incluída na vastíssima e preciosíssima colecção de plantas topográficas de Lisboa, pertencente ao mui erudito arqueólogo e proficiente official de engenharia sr. coronel Augusto Vieira da Silva. O território da «Quinta delrey» não ultrapassaria então os limites do terreno circumscrito hoje pela Rua dos Lusíadas ao norte, Rua de Leão de Oliveira ao poente e Rua da Creche ao nascente. «Huma quinta não muy grande», é como no-la indica Martim Afonso de Miranda no seu livro «Tempo de agora em dialogos», publicado em 1622 ⁽¹¹⁾.

A «Quinta d'elrei famosa» não escapou à curiosidade do autor da «Relaçam em que se trata e faz uma breve descripção dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa», 1625 ⁽¹²⁾.

Ao tempo do grande terramoto, limitada ao poente pelo mosteiro das Flamengas, pela quinta dos condes de S. Lourenço e pelo casal do Rolão (pertencente também a estes titulares), a quinta real de Alcântara estendia-se pelo lado norte (leste-oeste), desde o prédio situado à esquina da calçada da Tapada e Rua Direita de Alcântara até cerca da moderna travessa da Tapada, como se reconhece por uma planta topográfica local traçada no 3.º quartel do século XVIII.

(11) Fl. 11, v.

(12) Coluna 8.ª.

Por decreto e doação da rainha D. Maria I, respectivamente de 9 de Março e 12 de Abril de 1780, se construiu, desde então até 1786 na parte mais oriental desta frente norte da quinta, a actual igreja paroquial de S. Pedro; junto desta, ao fundo — um cemitério, em parte coberto.

Sobre a calçada da Tapada, logo a seguir à igreja da paróquia, havia também uma pequena ermida, da invocação do Senhor Jesus da Boa Sorte, cujo chão fora cedido à irmandade desta denominação pela irmandade do Santíssimo da freguesia, por escritura de 11 de Setembro de 1781. Esta ermida ainda existia em 1849, como se verifica na «Planta da real Tapada da Ajuda» deste ano.

A esta frente norte da quinta foram dados em 1809 os números de polícia: 5 (entrada para a quinta), 6 (casa de habitação), 7 e 8 (idem).

Em 1805 estas casas da Calçada da Tapada estavam dadas a Nicolau Vicente Ferreira e José Teixeira Pelão, para sua assistência.

No palácio assistia então João Lourenço de Andrade, futuro guarda-jóias de D. João VI, a quem fora dado poucos anos antes, como guarda de toda a propriedade, e que lá viveu até 1833. Por este lado da quinta (pela «porta da tapada») é que entraram e saíram: D. João IV, em 17 de Maio de 1653, quando foi assistir, no real paço, ao saimento fúnebre dos restos mortais de seu filho, o príncipe D. Teodósio, para o convento de Belém⁽¹³⁾; e D. João V, em a noite do dia do falecimento de seu pai (9 de Dezembro de 1707), cujo cadáver, depois de extraídas as vísceras, foi levado para o convento de S. Vicente de Fora⁽¹⁴⁾.

Na parte voltada para a Rua Direita de Alcântara, a quinta tinha antigamente toda a sua frente sobre esta rua, excepção feita da pequena facha correspondente às traseiras do único prédio construído na parte norte desta rua, à esquina da calçada da Tapada, conforme se observa na referida planta inédita. Desde então só a parte compreendida entre as Ruas da Creche e Escola-Asilo continuou a ser limitada directamente pela Rua de Alcântara; de aí por diante até a embocadura da Calçada da Tapada, a quinta passou a entestar com as traseiras das casas que lá se foram construindo.

Segundo refere Duarte Nunes do Leão ter visto, quando a quinta

⁽¹³⁾ «Breve relação do sumptuoso enterro...», publicada nesse mesmo ano pelo capelão Lucas de Andrade.

⁽¹⁴⁾ «Notícias da doença, morte, & funeral do muyto alto, e muyto poderoso príncipe D. Pedro II», pág. 35.

ainda era propriedade do milanês João Baptista Revelasca, nela havia plantadas «fermosas cannas de assucar» (15).

Sousa Viterbo dá-nos notícia de dois jardineiros da quinta real no reinado de D. João IV e D. Afonso VI: Gonçalo João e seu genro Manuel Gonçalves (16).

Do «Systema ou collecção dos regimentos reaes», publicados no reinado de D. João V, faz parte o «Regimento das pessoas a cujo cargo estão as hortas dos meus paços, e quinta de Alcântara» (17).

Conforme se vê na referida planta topográfica local de 1844, a real quinta estava então dividida em duas peças principais, separadas uma da outra por um arruamento murado de ambos os lados e que se estendia aproximadamente na direcção norte-sul, estabelecendo comunicação entre a Calçada da Tapada (n.º 5) e a Rua de Alcântara n.º 77).

Ao tempo em que se publicava o 2.º volume do «Archivo Pittoresco» (18), este arruamento de serventia particular chamava-se Rua do Carro — designação a que o sr. João Paulo Freire faz corresponder à moderna Rua Escola-Asilo, mas que deverá ter-se como aproximadamente correspondente à Rua da Creche. Os muros deste arruamento divisório eram sustentados por *arcos* e *pegões* de alvenaria; pela mesma época foi construído um palheiro na Rua do Carro, possivelmente aquele que vimos apontado junto das cavalariças.

Na parte do lado nascente da quinta ficavam: a *horta ajardinada*, o *pomar do Calvarinho*, o *jardim do Calvarinho*, a *horta dos Arcos*, o *pomar do Teixeira*, o *pomar da horta*, e o *pomar do cemitério*.

Entre estes dois últimos *pomares* (que ficavam na face norte da quinta) e a *horta ajardinada* (situada ao sul, sobre a Rua Direita), havia um *grande lago*, alimentado em parte pela água de uma nora existente na outra parte da quinta e canalizada por um aqueduto que passava sobre um dos arcos do arruamento divisório. Este lago ficava defronte da porta principal da quinta («pórtico da quinta»), na calçada da Tapada, a qual era aberta pouco mais ou menos a meio do espaço situado hoje entre as embocaduras da Rua Escola-Asilo e Rua da Creche. A capacidade deste lago era de 222.381 palmos cúbicos, podendo conter pròximamente 5.560 pipas de água.

No meio da *horta ajardinada*, que demorava ao sul do *lago*, construíra-se pouco antes de 1844 um *pequeno tanque*, no centro do qual se conservou uma antiga estátua de pedra, que suponho ser aquela

(15) «Descripção do reino de Portugal», fl. ... na edição de 1610 e pág. 142 na de 1785.

(16) «Instituto», de Coimbra, vol. 54, ano 1907, págs. 177 e 178.

(17) Tomo 2.º, pág. 303.

(18) 1859, pág. 153.



*TRECHO PANORÂMICO DE LISBOA EM QUE SE VE O PALÁCIO E A
QUINTA REAL DE ALCÂNTARA*

Reproduzido da vista panorâmica em azulejos existente no Museu de Arte Antiga

— 3.º painel — e que se presume ser aproximadamente do ano 1734

mesma de que o «Archivo Pittoresco» ⁽¹⁹⁾ publicou uma gravura, desenho de Nogueira da Silva.

Pondo em confronto a planta inédita (feita *no tempo de D. Pedro II*, ou nos primeiros anos do reinado de D. João V) com a de 1844, verifica-se que, à data em que a primeira destas duas plantas foi desenhada, a comunicação directa da Calçada da Tapada com a Rua Direita de Alcântara era feita — não pelo referido arruamento (que então não existia, senão na sua parte média inferior) — mas por um caminho que tinha a sua entrada no mesmo sítio onde na segunda destas plantas vem marcada a porta principal da quinta (n.º 5 da calçada da Tapada).

Sobre a segunda das duas grandes partes em que a quinta estava dividida e que ficava ao ocidente da anterior, deitava a frontaria posterior do velho palácio real; nela estavam: o *jardim do palácio*, o *pomar do jardim*, o *pomar da reserva*, a *quinta da Ninfa*, e, ao poente desta, a *vinha de baixo* e a *vinha de cima*. Na parte noroeste da *quinta da Ninfa*, muito próxima do muro da Calçada da Tapada, havia um *grande tanque*; em frente deste, sobre a calçada, uma bica pública.

As delimitações da *quinta da Ninfa*, nos lados poente e sul, não eram as que o sr. João Paulo Freire assinala no seu artigo do dia 7 do mês de Dezembro p. p. (1927), mas sim as seguintes, marcadas na Planta de 1844: ao poente, a *vinha de baixo*; ao sul, parte da horta do hospício das freiras flamengas, o *pomar do jardim* e o *pomar da reserva*.

Do que fica exposto se reconhece que só uma parte, não a maior, do Bairro do Calvário está «construído nos limites da *Quinta da Ninfa*».

Voltemos ao palácio.

Na «Breve relação» de 1625 e nas «Noticias» de 1707 encontram-se mencionadas algumas das divisões do palácio, afamado em 1621 «pela sumptuosidade de seus edifícios» ⁽²⁰⁾, e visitado em 1646 por Moncony ⁽²¹⁾. Nas obras desses autores mencionam-se: a *câmara* em que faleceram o príncipe D. Teodósio e seu irmão D. Pedro II; a *casa do docel*; uma *grande sala*, de 70 palmos de comprimento e quase outro tanto de lado, em que se armou a eça; desta sala passava-se, por uma porta à esquerda, quase no canto, para uma *espaçosa galeria* — provavelmente aquela que vem referida por Fr. Fernando da Soledade e que deitava sobre o largo do Calvário, lado norte. A galeria era tão

⁽¹⁹⁾ Citado vol. 2.º.

⁽²⁰⁾ «Tempo de agora em diálogos», por Martim Affonso de Miranda, 1622, fl. 11 v.

⁽²¹⁾ «Voyages de M. de Moncony», 1.º vol. 1695, págs. 122 e 126 a 128.

espaçosa que nela se armaram sete altares (em 1653, e onze em 1707), para celebração de missas, com suas credências. Outra *sala*, ante-câmara, a qual ia parar à *escada principal* do edificio; *saguão* para o qual havia uma porta; um *pátio* com porta para o exterior, na qual se collocaram dois soldados «para impedir a entrada ao tumulto da gente que concorria para ver S. A. morto»; *guarda-roupa*, onde costumavam ir assistir enquanto S. A. esteve doente; *casa de fora*, em que havia quarenta moços de câmara.

No vol. 7.º da «História Genealógica da Casa Real» (22), faz-se referência a uma manifestação popular realizada em Alcântara, em 1706, por motivo da qual D. Pedro II apareceu a uma janela «ao tempo que as mulheres andavam folgando com as suas danças no *terreiro em que está o Paço*».

No ano de 1707 fizeram-se «algumas obras no Paço» de Alcântara, pelo que D. Pedro II, que aí habitava, se mudou para a vizinha quinta do desembargador José Fiuza Correia, a qual tinha sido do dr. Paulo de Carvalho, tio-bisavô do 1.º marquês de Pombal (23). Neste ano a Secretaria de Estado continuava sendo neste Paço (24).

No final do século XVII ou princípios do século XVIII, o paço real de Alcântara era constituído por cinco corpos, sobre o largo do Calvário: três (os do lado do mosteiro das Flamengas) de um só pavimento e os outros dois com três pavimentos. O palacete de Luís César de Meneses (pai do 1.º conde de Sabugosa e avô da 5.ª condessa de S. Lourenço, D. Mariana Rosa de Lencastre) era de dois pavimentos. Assim os vemos desenhados na planta inédita de que é possuidor o sr. coronel A. Vieira da Silva (1.ª estampa, atrás reproduzida).

Tem-se escrito que o real paço de Alcântara ficou muito arruinado com o terramoto de 1755. Dir-se-ia que pouca ruína teria sofrido, em razão da natureza do terreno sobre que assentava — bem diferente da do mosteiro do Calvário — ser idêntica à dos chãos sobre que se construíram a ermida de S.º Amaro, a ermida de S. Joaquim, o mosteiro das Flamengas, a ermida de Nossa Senhora do Populo, etc. (25).

Certamente por o terreno da real quinta de Alcântara oferecer maior segurança, é que, conforme nos refere Fr. Cláudio da Conceição (26) — e semelhantemente ao que a família da condessa de Atou-

(22) 1740, pág. 641.

(23) «Historia Genealogica», vol. 7.º, pág. 650.

(24) «Noticias», pág. 32.

(25) Vidè as conclusões a que, na sua obra «Efeitos do terremoto de 1755», págs. 205-206 chegou o seu autor, meu illustre conterrâneo Francisco Luís Pereira de Sousa.

(26) Obra referida, tomo 13.º, pág. 294.

guia fez no quintal dos condes da Ribeira, na Junqueira — o infante D. António, irmão de D. João V, teria mandado lá fazer «duas barracas no jardim, fronteiro a um grande tanque, que tem de comprimento cento e sessenta e oito palmos, de largura cento e sessenta e quatro, de alto oito palmos e duas polegadas, ficando na carruagem durante que ellas se fizeram», numa das quais veio a falecer em 20 de Outubro de 1757. Certo é que, por decreto datado de 28 de Setembro de 1758, a rainha D. Mariana Vitória mandou que se pagassem «aos mestres da obra do Real paço de Alcantara, três contos de reis à conta da mesma obra» (27). É de supor que desta «obra» fizesse parte a construção das tais duas barracas.

«Palácio de Sua Magestade em que vive o ex.^{mo} D. Luiz da Cunha», é como vem designada a primeira das cinco propriedades situadas no lado direito (norte) da já referida Rua de S. Joaquim, nos anos de 1762 e 1763 (28).

No ano de 1770, aquelle em que se realizou o jantar de que fala Fr. Cláudio da Conceição, a designação é esta: «Palacio de Sua Magestade em que assiste o Ex.^{mo} Secretário de Estado D. Luís da Cunha».

D. Luís da Cunha Manuel — tal era o nome completo desta personagem — segundo ministro dos estrangeiros e da guerra del-rei D. José, sobrinho do «deão dos embaixadores» e irmão de D. António Álvares da Cunha (1.º conde da Cunha), habitou o paço real de Alcântara até 1775, ano em que ali faleceu, aos 2 dias do mês de Junho (29). No livro das «Desobrigas» desta freguesia, correspondente a este ano de 1775 (30), vêm referidos os nomes das 14 pessoas que D. Luís da Cunha tinha então no seu serviço doméstico.

Erro não pequeno cometeu Júlio de Castilho quando chamou «cardeal da Cunha» ao ministro a que se referia Fr. Cláudio da Conceição no trecho transcrito no começo deste artigo. Reproduzindo a notícia do jantar inserta nesse trecho do «Gabinete histórico», diz de facto o autor de «A Ribeira de Lisboa», a pág. 380: «Em 1770 parece era no paço de Alcântara a residência do Ministro Cardeal da Cunha. Em 6 de Junho, aniversário natalício de el-rei D. José...». Lamentável engano. D. Luís da Cunha Manuel, assistente no Paço real de Alcântara em 1770, conquanto houvesse sido eclesiástico (monsieur da patriarcal), nunca foi cardeal.

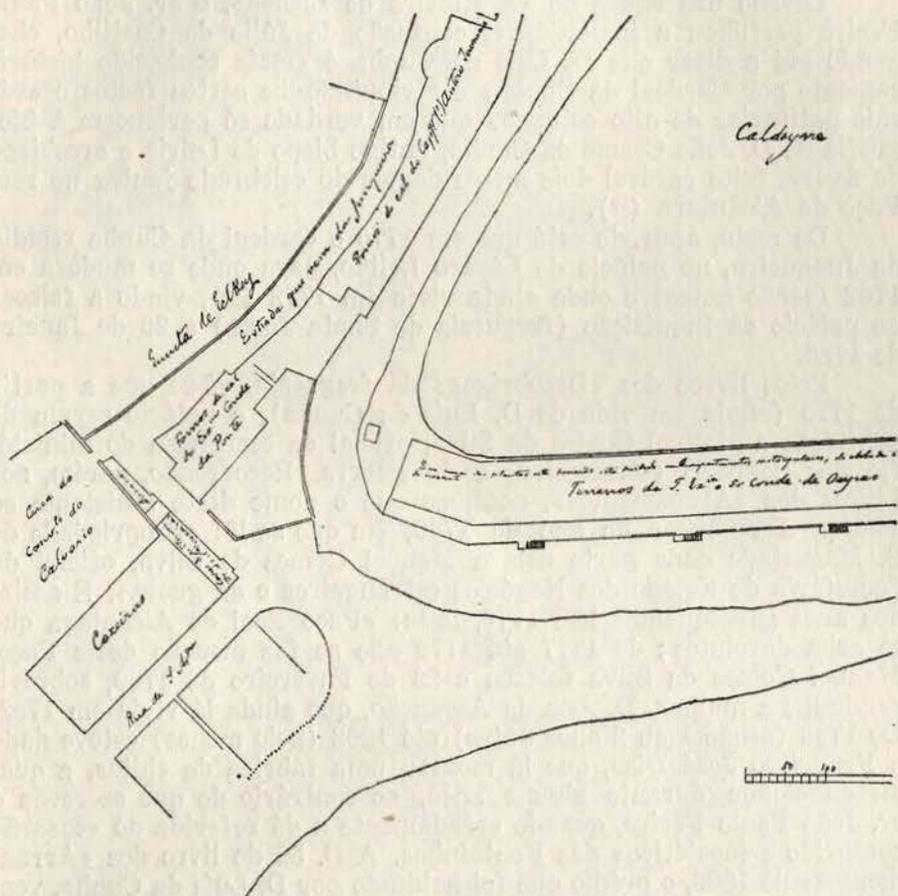
(27) Fl. 23 v. do Liv. 208 de Decretos, pelo Ministério do Reino, no Arquivo da Torre do Tombo.

(28) Pasta I da já mencionada colecção do Arquivo do Conselho Superior de Finanças, a fls. 41 do Livro dos «Prédios», correspondente a estes dois anos.

(29) Liv.º 3.º dos «Óbitos» da freguesia de S. Pedro, em Alcântara, fl. 148.

(30) Fl. 6 v. — Rua de S. Joaquim.

Júlio de Castilho lastimosamente confundiu o antigo enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal em Londres



TRECHO TOPOGRÁFICO DO SÍTIO DE ALCÂNTARA NO 3.º QUARTEL
DO SÉCULO XVIII — Escala 1:2000

Faz parte do projecto de canalização da ribeira de Alcântara junto à sua foz, e de construções que o Conde de Oeiris aí pretendia edificar. A planta completa foi publicado em «A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças», por A. Vieira da Silva, Lisboa, 1942, pág. 21

(1752-1756, filho segundo de D. Pedro Álvares da Cunha e de sua primeira mulher D. Inês Maria de Melo), com D. João Cosme da Cunha,

cardeal, filho dos 4.^{os} condes de S. Vicente, a quem mais tarde (1902) ⁽³¹⁾, veio a dar erradamente o nome de D. Luís da Cunha.

Levado nas águas de «A Ribeira de Lisboa», o sr. João Paulo Freire perfilhou a imperdoável confusão de Júlio de Castilho, chegando até a dizer que D. Luís da Cunha é «mais conhecido historicamente por Cardeal da Cunha» e atribuindo-lhe certos factos e «várais patifarias de alto coturno» que em verdade só pertencem à biografia de D. João Cosme da Cunha, antigo bispo de Leiria e arcebispo de Évora, feito cardeal dois meses depois do celebrado jantar no real Paço de Alcântara ⁽³²⁾.

De resto, apurado está que em 1770 o cardeal da Cunha residia na Junqueira, no palácio de Lázaro Leitão, para onde se mudara em 1762 (senão antes) e onde ainda vivia em 1772 ⁽³³⁾, vindo a falecer no palácio da Inquisição (freguesia de Santa Justa) a 29 de Janeiro de 1783.

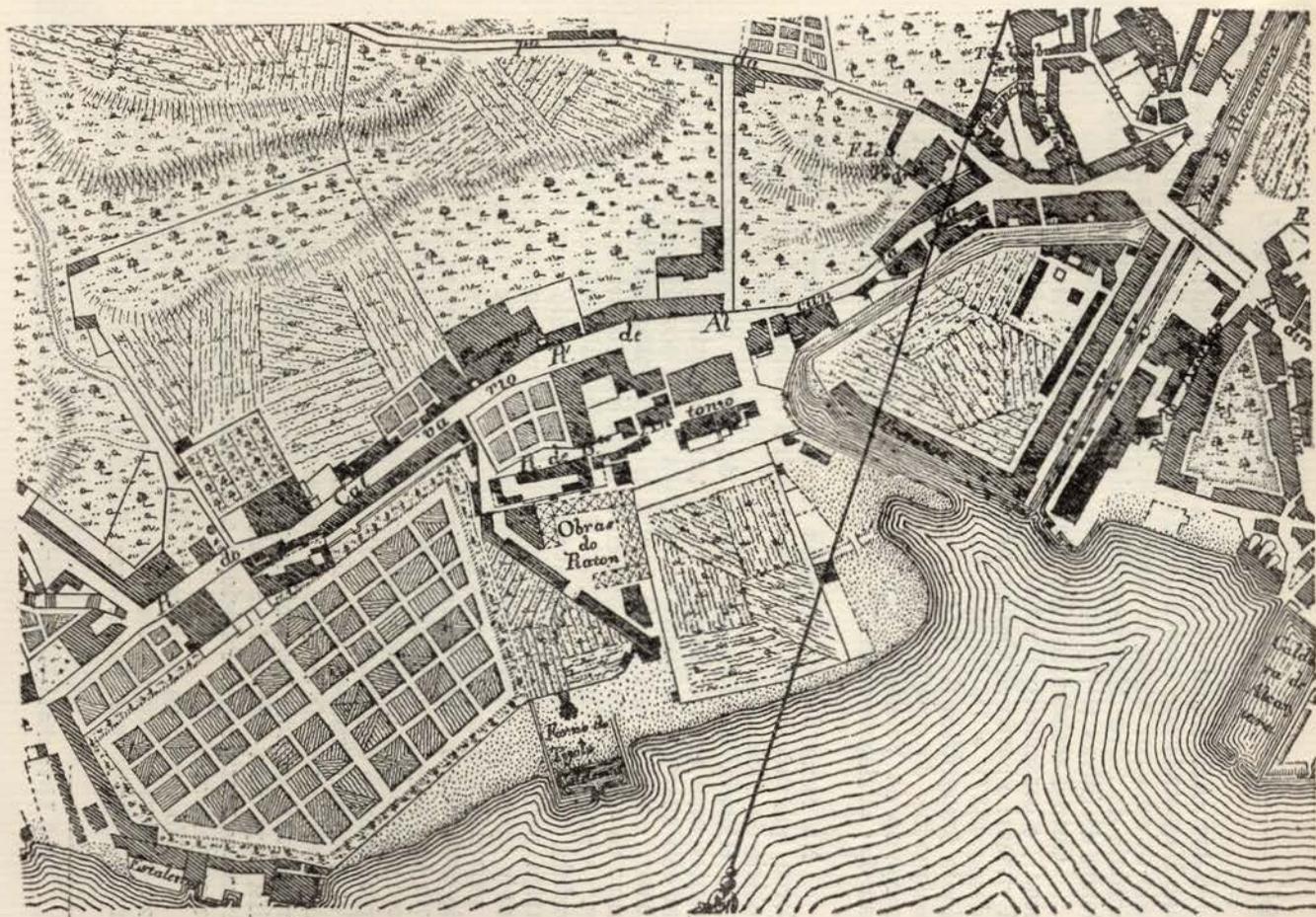
Pelos livros dos «Desobrigas» da freguesia, vê-se que a partir de 1775 (ainda em vida de D. Luís de Cunha), o palácio serviu de habitação a Manuel Gomes da Silva, oficial da secretaria do ministério dos negócios estrangeiros e da guerra. Recorrendo, porém, aos Livros dos «Arruamentos», notamos que o nome deste assistente só começa a aparecer no ano de 1780, em que se lê: «Propriedade de S. Magestade dada parte dela a Manuel Gomes da Silva, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios estrangeiros e da guerra». E assim nos anos subsequentes. Em 1776, lê-se: «Paço Real de Alcântara que se acha devoluto»; de 1777 até 1779 não se faz menção deste Paço. Manuel Gomes da Silva faleceu a 23 de Fevereiro de 1789, sobrevivendo-lhe a mulher, D. Ana da Assunção, que ainda lá vivia em 1792. De 1796 (senão 1 ou 2 anos antes) até 1808 (pelo menos) esteve dado a Francisco José Dias, que lá montou uma fábrica de chitas, a qual ali funcionou durante alguns anos, ao contrário do que escreveu o sr. João Paulo Freire, quando erradamente a dá referida ao «casarão comprido e inestético» das Fontainhas. A fl. 59 do livro dos «Arruamentos» de 1806, o prédio que foi habitado por D. Luís da Cunha, vem assim designado: «Propriedade de Sua Magestade em que se acha a Fábrica de chitas de Francisco José Dias, dada para o dito fim com a obrigação de reedificar as casas».

Depois de João Lourenço de Andrade (1808?-1833) a quem já me referi, vários outros assistentes teve o velho paço real. No último

⁽³¹⁾ «Lisboa Antiga — O Bairro Alto de Lisboa», 2.^a ed., 1902, Vol. I, pág. 434.

⁽³²⁾ «Gabinete histórico», volume citado, pág. 377.

⁽³³⁾ Vidé «A casa nobre de Lázaro Leitão no sitio da Junqueira», pelo saudoso dr. Artur Lamas.



PLANTA DO SÍTIO DO CALVÁRIO EM 1807 — Escala 1:2500 —
Extracto da «Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios», levantada em 1807, e publicada em 1831

livro dos «Arruamentos» (1834) a referência é esta: «Propriedade de Sua Magestade que consta de diferentes andares, lojas e Quinta, que tudo se acha por conta do mesmo Senhor. Nas referidas casas assiste António da Silva. Nas mesmas casas assiste o conselheiro Francisco Gomes da Silva» (34).

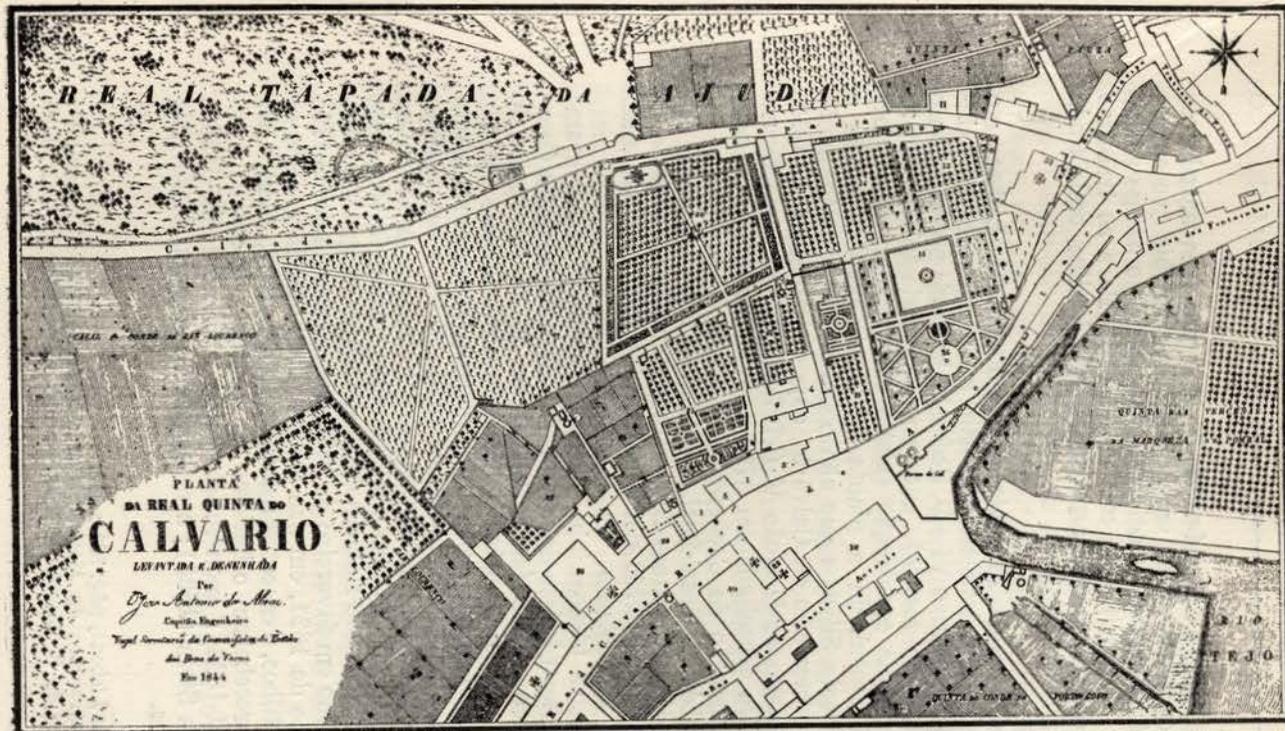
Outros assistentes: Joaquim Felix Heitor (até 1837, em que faleceu), o conselheiro Francisco Gomes da Silva (até 1835). Em 1844 lá viviam: o barão de Campanhã (desde 1836), a marquesa de Valença (desde 1837) e D. Manuel de Portugal e Castro (desde 1838). Na planta topográfica de 1844 acima citada, estas 3 moradias vêm assim designadas, do poente para o nascente: «Palacete concedido á ex.^{ma} marquesa de Valença»; «Palacete concedido ao ex.^{mo} barão de Campanhã»; «Palacete concedido ao ex.^{mo} Vedor da Casa Real.

Na caixa dos documentos da Comissão do tombo dos bens da Coroa, que funcionava em 1844, encontrei a seguinte descrição do Real palácio de Alcântara:

«Consta de dois pavimentos de forma rectangular com duas frentes uma para o largo e outra para o jardim; o térreo dividido em oito quartos e o andar nobre para o lado poente com oito salas e quatro quartos, nos quais habita a ex.^{ma} marquesa de Valença. No outro do lado do nascente tem cinco salas e dez quartos, ocupados pelo ex.^{mo} visconde de Campanhã. — Na primeira habitação há uma grande cozinha fora do Palácio, encravada no jardim, tendo uma grande cavalariça para quarenta cavalos, palheiro correspondente e casa onde havia tulhas para guardar trigos; tudo situado por detrás do palácio e separado por um pátio. — A frente principal para o largo do Calvário está para o sul formada por três linhas quebradas, com um andar com 16 janelas, e no extremo do poente há dois pequeníssimos andares com 4 janelas; e no outro extremo se fez depois um segundo andar com igual número de janelas no andar nobre. — Para acomodações do *Real Tesouro*, dividiram-se as antigas salas, e fizeram um corredor; bem como as *janelas de sacadas* se transformaram em de peito. Em 1830 levantaram os dois pequeníssimos andares para habitação do almoxarife, cuja obra veio desfear mais este edificio; em 1840, no outro extremo se rectificou o Palácio, e aumentou-se com o 2.º andar que tem presentemente».

«No tempo da senhora D. Maria II (diz Júlio de Castilho) fizeram-se obras, e era o palácio destinado a habitação de senhoras nobres, antigas servidoras das nossas Rainhas. Ali conheci desde 1859 a

(34) Livro citado — Rua Direita de Alcântara, lado direito,



PLANTA DO SÍTIO DO CALVÁRIO EM 1844 — ESCALA 1:4000

PALÁCIO DO CALVÁRIO

- 1 — Parte concedida à Marquês de Valença
- 3 — Idem ao Barão de Campanhã
- 5 — Idem ao Vedor da Casa Real
- 12 — Palacete concedido à Marquesa de Angeja

DIVERSOS

- 26 — Mosteiro das Flamengas
- 27 — 28 — 29 — Cêrca, hospício e horta do dito
- 30 — 31 — Colégio e Cêrca do Calvário
- 32 — Capela da Caridade
- 33 — Igreja Paroquial de S. Pedro
- 34 — Ermida do Senhor Jesus da Boa Sorte

QUINTA REAL

- | | | |
|--------------------------------|---|--|
| Lado oriental da Rua do Carro | } | 13 — Pomar da Horta |
| | | 14 — Idem do Cemitério |
| | | 15 — Grande lago |
| | | 16 — Horta apardinada; 17 — Pomar do Teixeira |
| | | 18 — Horta dos Arcos; 19 — Pomar do Calvarinho |
| | | |
| Lado ocidental da Rua do Carro | } | 20 — Quinta da Ninfa |
| | | 21 — Pomar da reserva |
| | | 22 — Idem do jardim |
| | | 23 — Jardim do Palácio |
| | | 24 e 25 — Vinha ao ocidente da Quinta da Ninfa |

Snr.^a Marquesa de Niza, D. Tomásia de Melo, e era frequentador de umas agradáveis quartas-feiras, em que S. Ex.^a recebia pessoas de suas relações..... A frente do palácio (que talvez seja o antigo pátio) caiu em 1755, e foi reedificada com mesquinhês. Para as traseiras é que há sacadas nobres com belo aspecto, e havia jardins, onde ainda penetrei» (35).

Quanto ao edificio da *Promotora*, que o «Guia de Lisboa» e o sr. João Paulo Freire erradamente afirmam ser a propriedade habitada por D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, bastaria notar (quanto aos dois primeiros, pelo menos), que, no lugar onde tal edificio se encontra, ainda nenhuma construção existia em 1679, ano posteriormente ao qual foi desenhada a planta inédita de que é possuidor o sr. coronel A. Vieira da Silva, e que não o indica. É portanto, muito mais moderno que o mosteiro do Calvário, cuja construção é de 1617. Existente já no reinado de D. João V (1707-1750), visto que figura na planta topográfica desenhada em 1727 (36), este prédio vem aqui indicado com a designação de *Cocheiras*.

Pertencia também à Casa Real. De 1762 a 1768, os livros dos «Prédios» e os dos «Arruamentos» designam-no igualmente como «Palácio de S. Magestade»; de 1769 por diante é designado apenas como «Propriedade de S. Magestade».

Sobre o pavimento térreo tinha um andar nobre. Neste viveram: o desembargador Manuel Inácio de Moura, deputado da Mesa da Consciência e Ordens, desde 1762 (senão antes) até 21 de Novembro de 1790, em que faleceu (tendo, portanto, assistido neste edificio durante os anos em que no fronteiro paço real sucessivamente residiram D. Luís da Cunha Manuel, Manuel Gomes da Silva e sua mulher, D. Ana da Assunção); D. Maria Joaquina das Neves, viuva do mesmo desembargador, até 10 de Outubro de 1795, data do seu falecimento; Nicolau Xavier de Figueiredo Bulhões de Castelo Branco, guarda-joias, feito barão de Beduino em fevereiro de 1818, que aí residiu desde 1796 até o dia 15 de julho de 1821, em que morreu, tendo-lhe lá nascido os seus últimos cinco filhos, respectivamente em 1796, 1797, 1798, 1799 e 1800 — os quais receberam o batismo no «oratório da casa»; a baronesa viuva (1821-1833); monsenhor António Carlos (1825-1833); Joaquim António da Silva (1835); a marquesa de Angeja, desde 1836 até 1859, pelo menos.

(35) «A Ribeira de Lisboa», pág. 381 e 382.

(36) «Planta topographica da Marinha das cidades de Lisboa Occidental e Oriental, desde o Forte de S. Joseph de Ribamar até o Convento do Grilo, feita no anno de 1727».

Na planta topográfica de 1844, nota-se que este edificio apresenta uma dupla saliência na parte média inferior da frente voltada para leste; esta saliência corresponde a uma chaminé que a esse tempo ali existia.

Do livro dos «Arruamentos» correspondente a 1806-1807 transcrevo o seguinte, com relação ao primeiro prédio situado no lado esquerdo da rua de S. Joaquim, ou seja o prédio da *Promotora*: «412. — Propriedade de S. Magestade dada para assistência do guarda-roupa Nicolau Xavier. — Por despacho de 25 de Março de 1808 se mandou isentar de Décima a casa ocupada por Nicolau Xavier, por ser parte do Palácio de Sua Alteza Real, que serve de Depósito de Carruagens, Arreios, Selas, Cabeçadas, Taireis, etc. — Lisboa, 28 de Março de 1808 — (a) Freitas».

Quando aos prédios foram dados números de policia, esta propriedade recebeu os n.ºs 58 a 62.

São do livro dos «Arruamentos» de 1821 estes dizeres: «Propriedade de Sua Magestade. — Parte das casas servem de Cocheiras em que se guardam carruagens do dito Senhor. A outra parte dada para assistência da Ill.^{ma} Baronesa de Beduido».

Para concluir, passo a transcrever a seguinte descrição das «Cocheiras do largo do Calvário», que encontrei no antigo arquivo da Administração da extinta Casa Real, entre os documentos da já referida Comissão do tombo dos bens da coroa:

«Estas cocheiras, de forma rectangular, divididas em cinco grandes corpos por pilares e por igual número de portões, tem o cunho de todas as nossas obras antigas: grandeza e solidez; sendo as melhores cocheiras que possui a Casa Real, com lugar para 9 coches em cada uma, e ao todo para 45. É neste local que estão depositados os coches tão admirados de nacionais e estrangeiros. No pavimento superior, serviam para o depósito dos fardamentos dos criados e dos arreios, tendo as mesmas cinco divisões com 15 janelas de frente. Está hoje ocupada pela ex.^{ma} marquesa de Angeja, havendo antes habitado nas mesmas casas um Monsenhor».

Lisboa, 29 de Janeiro de 1928.

JORDÃO DE FREITAS

Aditamento

Depois da descrição tão primorosa do Paço do Calvário ou de Alcântara e suas quintas, que acaba de ler-se, pedimos licença para acrescentar umas breves considerações, para completar o que sobre o assunto se tem escrito.

Foi um cronista de Lisboa dos meados do século passado quem nos disse ⁽¹⁾ que se chamava Rua do Carro a que comunicava, pelo meio da quinta real, a Calçada da Tapada com a Rua de Alcântara, correndo aproximadamente no sentido norte-sul, e dividindo a quinta em duas partes sensivelmente iguais, excluindo a vinha.

O lago no canto noroeste da quinta da Ninfa, a que o autor do artigo faz referência, tinha uma ilha no meio, com alegretes (planta de 1844), e ao pé do muro da quinta, que a separava da Calçada da Tapada, havia uma fonte com bacia de pedra, que outrora havia sido coberta de telheiro.

Na quinta real, o que mais avultava eram as laranjeiras, de que se contavam mais de cem pés, e, além disso, produzia uva, milho, feijão, algum grão, e muita hortaliça, que era vendida numa casa junto ao pórtico ou portão principal da quinta, na Calçada da Tapada; a morada do hortelão ficava-lhe contígua (em 9, na planta de 1844).

Pelo meado do século XIX a Casa Real deliberou vender o paço arruinado e os terrenos dos jardins, hortas e quintas, para aí se abrirem ruas e construírem edifícios.

Assim nasceu o Bairro do Calvário, com largas ruas e belas edificações, higiénicas, e servidas por bons meios de transporte.

As ruas tiveram como directrizes ou início dos seus traçados antigas ruas das quintas reais, umas no sentido aproximadamente norte-sul, ou perpendiculares à Calçada da Tapada; outras, cruzando em sentido normal as primeiras.

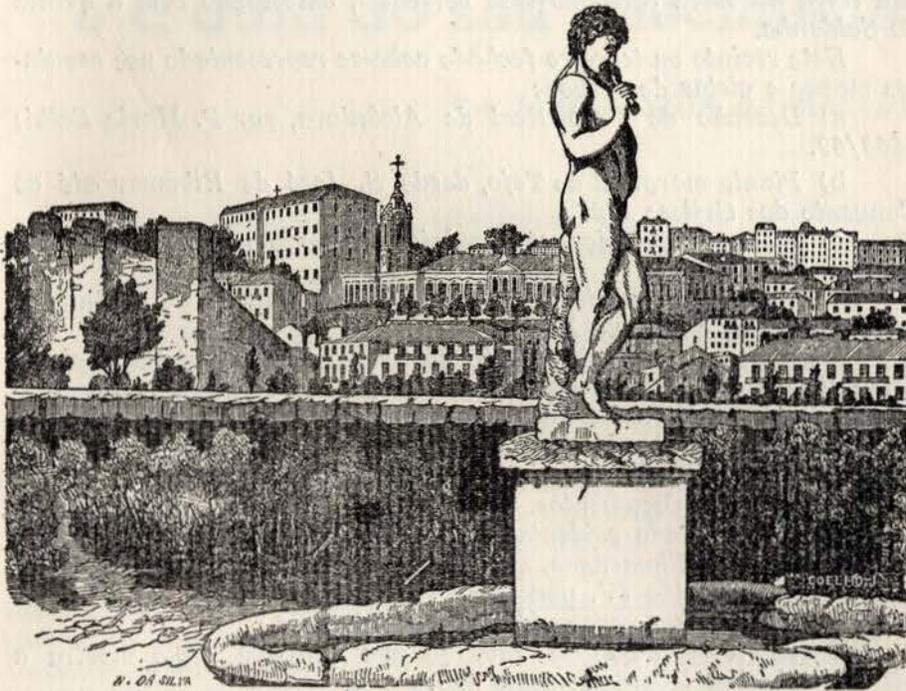
As primeiras eram as quatro seguintes: a Rua da Creche, sucessora da antiga Rua do Carro, da quinta; a Rua da Escola-Asilo, que segue aproximadamente o trajecto da rua extrema da propriedade, do lado oriental; a Rua Leão de Oliveira, que é, na sua metade inferior, a rua extrema ocidental dos jardins da quinta, contígua à horta do Hospício das Flamengas; e, finalmente, a Travessa da Tapada, que fica no sítio da rua extrema da vinha, também do seu lado ocidental, e que a separava do Casal do Conde de S. Lourenço.

A Rua dos Lusíadas ocupa, no seu troço oriental, o sítio da larga rua da quinta, paralela à Calçada da Tapada, e contígua ao grande

(1) «Archivo Pittoresco», vol II, 1858-59, pág. 153.

lago dos jardins; a Rua da Indústria, paralela à anterior, foi rasgada em terreno todo da vinha, no troço dentro da quinta.

Acrescentaremos ainda algumas considerações acerca do sítio do Calvário, como complemento do trabalho do Dr. Jordão de Freitas.



ESTÁTUA QUE ESTAVA NO CENTRO DO PEQUENO LAGO DA HORTA AJARDINADA

do Palácio de Alcântara, vista de oeste para leste. Ao fundo vê-se o Palácio das Necessidades. Reproduzido da gravura do «Archivo Pittoresco», vol. II, 1858/59, pág. 153

Passava, como não podia deixar de ser, entre o Paço Real de Alcântara e Mosteiro das Flamengas, e o Mosteiro do Calvário, a estrada que saía da Ponte de Alcântara, e seguia para os arredores ocidentais da cidade, ligando-a com Belém, Oeiras, etc., até Cascais.

Entre aqueles edifícios, a estrada formava um alargamento ou bolsa, de que é hoje representante o Largo do Calvário.

Esse alargamento, terreiro em que está o Paço (1706), onde se construiu o edificio das cocheiras do palácio, era muito vasto, e fechado por muros, naturalmente com portões, nos seus lados oriental e occidental.

Numa planta do terceiro quartel do século XVIII está indicado como cerca do convento do Calvário, conquanto este convento tivesse a sua cêrca ou outra cêrca no lado occidental, entestando com a quinta do Saldanha.

Este recinto ou terreiro fechado acha-se representado nos seguintes mapas e vistas de Lisboa:

a) *Desenho do Paço Real de Alcântara, por P. Maria Balbi; 1668/69.*

b) *Planta marginal do Tejo, desde S. José de Ribamar até ao Convento dos Grilos; 1727.*

c) *Vista panorâmica em azulejos existente no Museu de Arte Antiga; 1734 (?).*

d) *Planta com o projecto de canalização da Ribeira de Alcântara; terceiro quartel do século XVIII.*

O muro oriental deste terreiro ficava no alinhamento da fachada oriental do edificio das cocheiras, até ao portão da Rua do Carro da Quinta Real, ou do cunhal sueste do primeiro prédio do lado occidental da actual Rua da Creche. A ele estavam encostados edificios, e nele existia um portão com alpendres, que deve ser o Arco do Calvário, a que se referem os documentos.

O muro do lado occidental era porventura no termo do edificio do Mosteiro das Flamengas, que ficava de dentro, e nele devia ter existido outro portão (V. panorama em azulejos).

Quando seriam construídas estas vedações?

O que é certo é que em 1807 já não existiam, como mostra a planta de Lisboa levantada nesse ano.

Qual era o seu fim?

Pertenceria de facto o terreiro ao Convento do Calvário, e, como era passagem obrigatória para quem se dirigisse a Belém e às outras terras dos arredores marginaes occidentais da cidade, seriam estes muros de vedação indicativos de alguma tributação ou imposto a cobrar pela passagem?

Perguntas que ficam em suspenso, ou para quem souber a elas responder.

A. V..S.

Gente conhecida

António Marques Lésbio e a data do seu falecimento

Por LUIZ PASTOR DE MACEDO

António Marques Lésbio, «doutíssimo em várias faculdades e com uma habilidade rara para todas», deixou o seu nome gravado entre os grandes músicos que tem Portugal. O leitor, com certeza, já o sabia.

Diogo Barbosa Machado diz que na arte da música foi inimitável; João Baptista de Castro não vacila em afirmar que foi um dos mais célebres e insignes contrapontistas que houve entre nós; Joaquim de Vasconcelos diz-nos que se elevou acima de quase todos os compositores contemporâneos, causando grande admiração a nacionais e a estrangeiros as suas numerosas composições; Ernesto Vieira, embora o não considere um dos maiores contrapontistas portugueses, considera-o, no entanto, um bom compositor; etc., etc.

Mas não foi para realçar o seu valor, ou discuti-lo, que o trouxemos à balha depois de há mais de duzentos anos ter ele o seu lugar na côrte celestial de Santa Cecília. Aliás, Lisboa, sua terra natal, segundo se tem apregoadado, já honrou a memória do notável artista, determinando em 1926, que o seu nome desbancasse o da travessa dos Namorados, lá para Benfica, entre a estrada do Calhariz e a travessa Miguel Verdial. E se a edilidade lisbonense assim procedeu, lá teria as suas razões, e, quanto a mim, razões de pêso, em face das apreciações que tenho visto fazer à obra de Lésbio.

O que me deu ensejo a falar-lhe na alma foi ter encontrado o assento do seu óbito e ter verificado que o ano dado como aquele em que o artista se despediu deste mundo, não é o que consta do respectivo registo.

Diz-nos o autor da *Biblioteca Lusitana*: «Tendo chegado à idade de setenta anos mais favorecido da natureza, que da fortuna, em 21 de Novembro de 1709, véspera de Santa Cecília, Patrona da Música, estando para concluir a composição da *Gloria Patri*, da *Magnificat*,

a oito vezes, para se cantar na Capela Real já erecta em colegiada, se sentio acometido da morte, e pedindo a Extrema Unção por se ter confessado, e comungado pela manhã na mesma Capela Real em obséquo do Mistério da Apresentação da Senhora de que era cordialmente devoto, acabou como cisne entre as consonâncias musicais», etc.

Em 21 de Novembro de 1709, disse Barbosa Machado. E depois dele todos o repetiram, todos excepto Joaquim de Vasconcelos que trocou o mês dando-o como falecido em Outubro.

Pois o assento de óbito o que nos diz é que faleceu em Novembro de 1707 e não em 1709. Ei-lo, copiado palavra por palavra, dos livros paroquiais de Santo Estêvão.

Aos 23 de 9^{bro} de 1707 se sepultou nesta Igr.^a o corpo de Ant.^o Marques Lesbio marido de Luíza do Espirito S.^{to} m.^{ors} na rua dir.^{ta} dos Remedios — O Prior D.^{os} Glz Mazedra.»

Ainda deligencieei encontrar o registo de óbito de Luíza do Espirito Santo, ainda quis ver se topava com o do seu casamento, mas em vão. No entanto vim a saber que António Marques Lésbio fora morar para aquela casa da rua dos Remedios, em fins de 1692 ou princípios de 1693, e que a casa ficava antes de se chegar ao beco de Penabuquel, entrando, já se vê, pelo largo do Chafariz de Dentro. Quanto a mim, em face do rastro que algures se me deparou, e que aproveitei o melhor que pude, iria jurar que essa casa onde o célebre contrapontista viveu durante longos anos e onde teria composto algumas das suas obras, deve ser a que tem hoje o n.^o 13 ou a que tem o n.^o 14.

Também consegui saber que na companhia de António Marques Lésbio, além de sua mulher, viviam seu filho Manuel de Sousa e sua sogra Isabel de S. João, e que em 1708, já falecido, portanto, o chefe da casa, ainda a família ali morava.

Depois nada mais consegui averiguar, a não ser que em 1720 já ninguém, no sítio da ermida de Nossa Senhora dos Remedios, se lembrava de Lésbio, das suas composições e da sua família...

As imagens e os painéis de S. Domingos de Bemfica

Notas para a história artística de Manuel Pereira
e Vicente Garducho

Por CRUZ CERQUEIRA

(Conclusão)

Quem seria esse «insigne oficial», «insigne escultor», «peritíssimo escultor», «mayor oficial», «melhor escultor», «português natural do Porto», — *branco é, galinha o põe* — senão Manuel Pereira?

Nem na Castela, além de Gregório Hernandez ou Fernandez (Pontevedra (?) 1576, Valladolid 1637), — esse vigoroso realista, cuyas tragedias se convierten en melodramas», no dizer de Ricardo Orueta⁽²²⁾, tornado conhecido desde Valladolid, onde se fixara, e de quem os ideais emotivos e os moldes estéticos são o mais formal argumento a não se confundir a sua obra com a do nosso escultor — existia à data do acabamento da construção da igreja de S. Domingos de Bemfica (1632) «mayor oficial», «melhor escultor» do que Manuel Pereira, nem na Côte da Espanha existia portanto, maior escultor, e muito menos outro *escultor português, natural do Porto* consta que vivesse por essa época em Castela.

Dos outros grandes escultores espanhóis da época haverá que ter-se em conta que Montañes (Alcalá la Real, 1580, Sevilha, 1649), émulo de Hernandez⁽²³⁾, esteve em 1635 em Madrid, apenas para fazer, por mediação de Velasquez, o busto do rei que foi enviado a Pietro Tacca para a estátua equestre e logo regressara a Sevilha; Alonso Cano (Granada, 1601-1667) só em 1638 saiu da Andaluzia e foi mais conhecido como pintor em Madrid, onde deixou muito pouca escultura (Tormo, Gomez Moreno, Mayer e outros) e Pedro Mena (1628-1688) estava então na sua infância, e de resto não só não trabalhou na capital espanhola, em que pouquíssimas são as suas obras, como somente na segunda metade do século foi de Málaga a Castela para ver a obra de Fernandez, citando os mestres da escultura do século XVII.

⁽²²⁾ Notável crítico. Por certo na Espanha o mais especializado na crítica da escultura doutros tempos.

⁽²³⁾ Gregório Hernandez, Madrid 1920, pág. 24.

E dos discípulos de Montañes — Juan de Mesa, grande *imaginer*, autor do celebrado *Jesus del Gran Poder*; José de Arce, Juan Gomez, Pedro Roldan, que fez o *Cristo de la Salud*, belo desnudo; e Gijon, o escultor do *Cristo de la Expiración*, o famosissimo *El Cachorro* — agora reconhecidos na sua notável valia ao identificar-se a obra atribuída ao mestre, circunscreveram os seus *ateliers* à Andaluzia, donde alguns mandaram imaginária — por exemplo o *Cristo* de Vergara, obra de Mesa — para outras partes da Espanha.

É certo que outro escultor português, aliás totalmente desconhecido em Portugal, e de menos valor, existiu por essa época na Castela. Era Geraldo de Melo ou Giraldo de Merlo, de quem Cean Bermudez ⁽²⁴⁾ rectifica a atribuída naturalidade de genovês — que *macaca* esta de Génova, em pretender roubar-nos os grandes homens! — dizendo-o português, e cujas datas de nascimento e morte se desconhecem, mas que, pela actividade artística (princípios do século XVII), se vê ter sido contemporâneo de Manuel Pereira.

Geraldo de Melo é o autor dos túmulos do infante português D. Dinis, um dos filhos de Inês de Castro, e de sua mulher, Joana de Castilla, em Guadalupe e de grande parte do presbitério do mesmo mosteiro e doutras obras — estátuas, imagens, retábulos, etc — em Toledo, Avila e Ciudad Real.

Nada pode ter, contudo, com o caso de S. Domingos de Bemfica este artista notável, nosso compatriota. Não consta que Geraldo de Melo tivesse trabalhado em Madrid, por essa época. De resto, as características da sua obra diferenciam-se bastante das que se notam nas imagens de Bemfica.

Geraldo de Melo é um artista de técnica clássica, majestoso e talvez frio, como diz Sanchez Canton: «... las frigiditas esculturas de un Giraldo de Merlo» ⁽²⁵⁾.

Na obra de Manuel Pereira, mais idealista, homem devoto, profundamente devoto, mesmo beato, no sentido *pejorativo*, há uma doçura e um espírito de religiosidade que não se encontram na de Geraldo de Melo. Manuel Pereira tem espiritualismo, fervor religioso. As suas imagens falam... Geraldo de Melo, clássico, demasiado clássico, é frio. «...o frio Giraldo de Merlo», — assinalam vários críticos.



Quais são as imagens de Manuel Pereira em S. Domingos de Bemfica?

⁽²⁴⁾ *Diccionario Histórico de los más ilustres Profesores de las Bellas Artes en España*, Madrid.

⁽²⁵⁾ *San Francisco de Asis en la Escultura Española*.

Não valeria a pena repetí-lo, se os escritores que se têm ocupado do caso, fiéis ao *quem conta, acrescenta um ponto*, não baralhassem o assunto, fazendo trapalhada.

Contando as imagens pelas referências feitas, temos que seriam seis, em vez de quatro: as de *Cristo na Cruz*, da *Senhora do Rosário*, *S. Domingos de Gusmão* e *S. Pedro Mártir*, citadas primitivamente, e as de *S. Francisco de Assis* e *S. Jacinto*, mencionadas pelos autores modernos.

A confusão provém de factos explicáveis:

Ferrer de Valdecebro, Fr. Lucas de Santa Catarina e Fr. Manuel de Lima ⁽²⁶⁾ contam que as duas imagens vindas para o altar-mor — *S. Domingos* e *S. Pedro Mártir* — não estavam na medida dos nichos.

«Los nichos — relata Ferrer de Valdecebro ⁽²⁷⁾ — que avian de ocupar los santos, los erraron los oficiales, porque los hizieron con una quarta cortos á la estatura que los santos tenían; llevaron las caxas al convento y estando Gerónimo Correa ⁽²⁸⁾, entallador famoso y muy del cariño del Bendito Padre, avisado de que asistiese al colocarlas, antes de subirlas tomaron las medidas de las hechuras, y los nichos y las hallaron más largas la quarta que les faltava a los nichos. Entró en mucho desconsuelo el Correa por averlo errado sus oficiales y porque cortar los nichos era hazer alguna fealdad en el retablo q̄ como estava fabricado y assentado con devida proporción, era deslucirle cortarle una quarta a cada nicho, con que bolviendo segunda y tercera vez a tomar las medidas, se halló siempre la misma falta. Mandó con esto a un oficial que subiese y cortase los nichos, porque no tenia otro remedio para que entrasem las hechuras en ellos».

Mas fez-se assim?

Os outros dominicanos, atribuindo, com certa credulidade frequente em escritores do tempo, a solução do caso a assunto sobrenatural, referem que Fr. João de Vasconcelos não deixou cortar os nichos e mandou colocar as imagens no retábulo ⁽²⁹⁾.

Como? Pois como havia de ser?

Nos intercolúnios, entre cada série lateral de quatro colunas do retábulo, apuseram-lhes, acima das bases, dois suportes e neles collocaram as imagens.

Estas são as de *S. Domingos de Gusmão* e de *S. Pedro Mártir*. Uma delas, a do lado da Epístola, é a de *S. Domingos*. A outra,

⁽²⁶⁾ *Agiolôgio Dominicano*, 1.º vol., Lx. 1709, pág. 200.

⁽²⁷⁾ *Ob. cit.*, 1.º II, pág. 38 v.º e 39.

⁽²⁸⁾ *Vid. nota final VI*

⁽²⁹⁾ Ferrer de Valdecebro, *obr. cit.*, 1.º II, pág. 39, Fr. Lucas de Santa Catarina, *obr. cit.*, vol. 5.º, pág. 139, Fr. Manuel de Lima, *obr. cit.*, vol. 1.º, pág. 200:

que lhe corresponde do lado oposto, é de S. Francisco, o que explicará a razão de ter deixado o altar do Evangelho no cruzeiro da igreja a imagem do Santo de Assis, de tamanho natural, que assistia à «estatua devota y tierna del Señor Crucificado, ayudandole con sus llagas el santo a representar el Señor su dolores», como conta, um pouco pitorescamente, Ferrer de Valdecebro⁽³⁰⁾.

É certo que nos nichos estão duas imagens — S. Jacinto e S. Pedro Mártir parecem... — fatalmente menores do que a estatura humana. Não podem, por isso, ser as esculturas vindas de Castela por essa ocasião.

Mas que seria feito do primitivo *S. Pedro Mártir* vindo de Castela?

O Convento sofreu danos com o terramoto de 1755. O zimbório caiu.

Perder-se-ia nessa ocasião a imagem colocada em local tão próximo do zimbório? Ou o seu desaparecimento ter-se-ia dado em 1818, quando do vigoroso incêndio que, entre outras dependências, devastou totalmente a biblioteca do convento, perdendo-se livros e manuscritos de grande valor?

Mais provável será a primeira hipótese.

O *S. Francisco*, embora não o digam os autores citados, deve ter vindo também de Espanha, pois assemelha-se, por certo modo, no aspecto, traça e técnica, ao *S. Domingos* que lhe corresponde do outro lado e ambos denotam o tipo do modelo espanhol⁽³¹⁾.

O *S. Domingos* e o *S. Francisco*:

Serão de Manuel Pereira as duas imagens? Serão apenas do seu atelier?

É temerário afirmar que pertençam a escultor tão famoso e perito, ou que tenham sido esculpidos por discípulos sob a sua direcção.

No entanto archive-se este juízo crítico de Serrano Fatigati⁽³²⁾ acerca da obra de Manuel Pereira:

«... este artista estuvo tan desigual en su extensa labor total, que si no fueron seguros los datos sobre su historia y fuera tan conocido lo que el hizo, nadie podría creer que habían salido de la misma mano la efigie de San Bruno de la Hospederia del Paular⁽³³⁾ y el San Andrés de la portada de la parroquia; el San Bruno de Miraflores y las

(30) Ob. cit. l.º I, pág. 45 e 46.

(31) O im. Dr. José de Figueiredo, quando foi, a instâncias minhas, a Bemfica, logo denotou, ao ver a imagem, o modelo espanhol.

(32) *Boletín de la Sociedad Española de Excursiones*, Madrid, Set.º de 1909, art.º «Escultura em Madrid», publicado depois em vol. com os anteriores.

(33) É o *S. Bruno* que se encontra actualmente na Academia de Belas Artes de S. Fernando, de Madrid.

imagenes de San Placido; el San Antonio de ingreso à la iglesia de los Alemanes (34) *y los santos labradores del prebisterio de la Catedral* (35).

De mais, esta e as outras imagens da igreja de S. Domingos de Bemfica foram reencarnadas, melhor *repintadas* — mais ajustado é este termo — há cerca de quarenta anos, durante as obras de restauro do architecto Nepomuceno, e tanto o *S. Francisco* como o *S. Domingos* mostram, além doutras deficiências de fracas esculturas, um defeito que Serrano Fatigati, a propósito do *S. Bruno* del Paular, do *Santo António* em madeira do Refúgio e do *Santo Estêvão* (36) da Catedral de Madrid, encontra na maior parte das obras de Manuel Pereira: com o fim de suprir a presumível monotonia dos panejamentos, em geral simples, sintéticos e por vezes de magistral síntese e admirável perícia — o *S. Bruno* de Miraflores, sobretudo — Manuel Pereira recorre frequentemente a quebrar as linhas dos panos com dobras que amaneiram e desvalorizam a queda natural das roupagens.

«*De este defecto adolecen asimismo casi todas las demás obras de Pereyra, unas en mayor grado, otras en menor*» (37), observa, com acerado espirito crítico, Serrano Fatigati, que acrescenta: «*Solo en los defectos tienen notas comunes, en las excelencias ningunas*» (38).

Justamente o *S. Francisco* e o *S. Domingos* accusam, entre outros, este defeito comum: os panos caem lisos, simples, sobretudo no *S. Francisco*, mas um dos joelhos quebra-lhes a disposição. Parece receita, dizia-me um amigo para quem chamara a atenção.

E o defeito da obra do Mestre trespassa-se aos discípulos de Pereira, a propósito dum dos quais, de Manuel Gutierrez, o mesmo crítico salienta (39) os «*bastantes pliegues convencionales en los paños*».

Além disso, o *S. Francisco*, com a caveira na mão esquerda e a dextra sobre o peito, sugere a ideia dos *S. Bruno*, sobremaneira o de Paular. E é curioso que Sanchez Canton denota a influência de Pereira com os seus *S. Bruno* na iconografia do Santo de Assis, ao referir-se à célebre imagem do Tesouro da Catedral de Toledo, esculpida por Pedro Mena:

(34) Hoje refúgio e primitivamente, até 1640, Hospício de Santo António de los Portugueses.

(35) É a igreja ou Basílica de San Isidro do antigo Colégio Imperial dos Jesuítas.

(36) É um dos Santos lavradores.

(37) Obr. cit.

(38) Id.

(39) Id.

«*Fuera de estos antecedentes* (una obra perdida de Eugenio Caxés e o quadro de Zurbaran em Lyon), *sospecho que los más directos en escultura fueron los santos jesuítas de Montañés y el San Bruno de Pereyra*» (40).

Em face de tudo isto, não será para estranhar que o caso destes dois santos — o *S. Domingos* e o *S. Francisco* — vindos, parece, de Espanha, venha a ficar deslindado com a presumível referência que as imagens foram esculpidas por discípulos de Manuel Pereira, para satisfazer uma encomenda instada com certa urgência.



As imagens do Cruzeiro:

Doutra valia são as imagens de *Cristo na Cruz* e da *Senhora do Rosário* que presidem aos altares do transepto.

E se uma — a «belíssima» *Senhora do Rosário* — enleva a imaginação, fazendo crer plenamente a autoria do insigne escultor, a outra denota, apesar de quaisquer deficiências, a goiva do mesmo artista.

De resto, «a tradição, que para alguma coisa deve valer», e os factos passados e as referências feitas pelos escritores religiosos, autenticam estas imagens e identificam o seu autor.

Estas imagens dos altares do Cruzeiro são as mesmas — tudo o comprova — a que Fr. Lucas de Santa Catarina, um dos sócios da Academia de História e escritor de quase um século depois, chama «tão prodigiosas esculturas», acrescentando que «não se deixaram imitar dos mais peritos», mas «admirar de todos» (41), e a que o Cardeal Saraiva, no século seguinte, por mil oitocentos, há cerca de cem anos de nós, se referia assim (42):

«Hindo eu o anno de 1821 visitar a Igreja dos Dominicanos de Bemfica em companhia do nosso bem conhecido artista Sequeira, e admirando o Santo Cristo de vulto, em grande, que se venerava no altar do cruzeiro do lado do Evangelho, me assegurou Sequeira, que era obra do nosso eminente escultor Manuel Pereira, fazendo-me notar algumas bellezas della, assim como de outra no altar fronteiro de Nossa Senhora com o Menino nos braços» (43).

Temos que a referência de Fr. António da Encarnação é sucessi-

(40) *San Francisco de Assis en la Escultura Española*, Madrid.

(41) *Ob. cit.*

(42) *Lista* (Obras compl., Lx.), vol. VI, pág. 340.

(43) *Id.*

vamente corroborada por Valdecebro (1652), Fr. Lucas de Santa Catarina (1706), e pelo Cardeal Saraiva (princípios do século XIX) e que Domingos Sequeira, o grande e viajado artista, as atribuiu a Manuel Pereira e sobremaneira as exalçou.

Ambas as imagens têm tradição, celebridade. Gozavam de devoção popular.

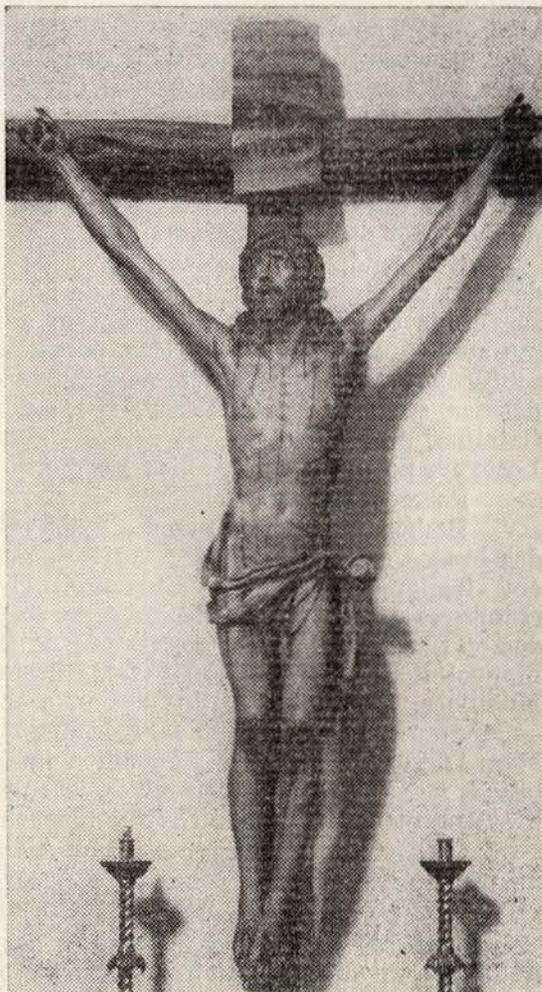
Vários livros, não só os dominicanos como outros, designadamente os dicionários enciclopédicos, o referem. E há ainda gente viva que também o confirma.

Todos os domingos vinham trazer-lhe devoções e oferendas os habitantes dos lugarejos da Serra de Monsanto, mencionadamente os moleiros desses moinhos que, antes da grande moagem, punham suas notas alacres na paisagem agreste da montanha, e em Maio realizava-se a «conferência» — era a romaria, a festa grande de S. Domingos de Bemfica, na qual as duas imagens tinham papel importante.

Ambas tinham irmandade própria.

A de *Cristo na Cruz* era a Irmandade do Senhor Jesus, que existiu até não há muitos anos.

E não pequena era a devoção por esta imagem, por este Santo



O celebre Cristo de Lozoya, de Manuel Pereira, semelhante ao de S. Domingos de Bemfica

Cristo, que Fr. António da Encarnação, como atrás foi transcrito e convém repeti-lo, descreve assim:

«Responde na capela fronteira (à da *Senhora do Rosário*, a do lado do Evangelho) outra Imagem, do Senhor Jesus, da mesma estatura e mão, cousa devotissima e excelente: tem os braços cravados ao alto, está com os olhos no Céu, como intercedendo a seu Eterno Pai pelos homens no meio de tantas dores: mostra aquele divino rosto eclipsado com ansia tan nascida da alma, que não há olhos enxutos de quem a considerar: ver a formosura daqueles sagrados membros, aquele corpo tan bem organizado, com estar matizado de crueis vergões, fica tão agradável à vista que leva apoz si, e enleva os corações de todos por duros que sejam» (44).

Isto condiz em absoluto, salvo os naturais encarecimentos da devoção religiosa, com a imagem de hoje.

Mas outros factos documentam a imagem e lhe identificam o seu autor: certas características, pormenores do seu aspecto e traça, e sobretudo a verosimilhança, na silhueta e tipo, e determinadas minudências, com o *Cristo* de Lozoya (45), e por conseguinte com o de Santa Catalina, de Madrid, já que este é «igual de silueta y tipo que el de Lozoya», no dizer de D. Elias Formo.

Pormenorize-se:

Embora frequente, não é a mais vulgar nos Crucifixos a posição dos braços em sentido quase vertical, numa obliquidade pronunciada, em ípsilon, à maneira albigense. E assim, entre os grandes escultores e pintores da Espanha do século XVII, menor é o número dos que adoptaram esta modalidade de figurar Cristo na Cruz. Salvo Manuel Pereira esculpindo *Cristos* desta maneira, e Alonso Cano e Murillo apresentando alguns assim, a maioria dos artistas da época — Montanés e seus discípulos, Hernandez, Velasquez, Zurbaran, Pedro Mena, designadamente — figuram a imagem do Crucificado com os braços mais ou menos horizontais, levemente oblíquos, aproximando-se neste pormenor mais dos *Cristos* bizantinos de horizontalidade plena.

O *Cristo* do Prado pintado por Alonso Cano e um dos de Murillo no mesmo museu, bem como o de Lozoya, esculpido por Manuel Pereira, por exemplo, são, neste aspecto, albigenses.

O *Cristo* de Bemfica é também assim albigense e bastante pronunciado na erecção dos braços. E nisto é mais acentuado do que o de Lozoya, que eleva menos ao alto os braços.

(44) Texto citado.

(45) Pertence à família do Marquês de Lagoya e está na Catedral de Segóvia. Foi tido por escultura de Cano, mas o sr. Gomes Moreno identificou-o como de M. Pereira.

Também, entre nós, os artistas de seiscentos e de épocas posteriores figuram o Crucificado com os braços pouco oblíquos, quase horizontais. Poucas são as excepções, as figurações dos braços de *Cristo* em ípsilon. Uma delas é, modernamente, o célebre *Cristo* de Columbano (Museu de Arte Contemporânea). Este quadro, no particular em referência, foge à vulgaridade, como de resto boa parte das obras deste notável pintor, a quem se atribuem influências espanholas.

Não é também a mais vulgar a representação do Crucificado com os olhos postos no Céu. Geralmente os *Cristos* crucificados da época debruçam a fronte em atitude de dor sofrida com resignação — Velasquez, no seu *Cristo* do Prado, querendo ser original, ou por outras circunstâncias, encobriu uma das faces do rosto do Senhor com os cabelos descaídos — e de perdão para os homens, ou então, menos vulgarmente, arrancam em paroxismo, virado o rosto ao Céu, angustiados, pungentes, trágicos, melodramáticos, retorcendo o corpo numa ânsia exageradamente humana, mas nada divina, um tanto jansenistas como o *Crucifixo* de marfim, de Cano, na Catedral de Córdoba, e *El Cachorro*, a famosa imagem sevilhana esculpida por Juan de Guixon ou Gijon.

Menos numerosos são os que representam Cristo de olhos voltados para o Céu, serenamente, num idealismo todo divindade, toda poesia, rogando ao Eterno pelos homens.

É assim o Cristo de Bemfica, como também o de Lozoya, seu similar. Há no seu olhar o idealismo naturalista de Manuel Pereira.

Os *Cristos* de Pereira não têm a intenção de salientar a dor física; representam a dor moral. Por isso o olhar não procura a vista dos fiéis, mas vira-se para o Céu, numa prece que lhe sai do coração, pedindo por todos os homens: «Pai, perdoai-lhes...».

A referência descritiva, feita na época em que a imagem veio de Castela, revela-nos ainda o *Cristo* que actualmente se encontra em Bemfica:

«... puesto en agonía, con demonstraciõ de mirar al cielo», refere Ferrer de Valdecebro ⁽⁴⁶⁾.

«... tem os braços cravados ao alto, está com os olhos no Céu, como intercedendo a seu Eterno Pai pelos homens», diz Encarnação, o escritor que nos identifica, embora sob a adivinha de *branco é, galinha o põe*, Manuel Pereira como autor destas imagens.

E, demais, como retratando esta imagem, lá está no alto, sobre o arco do altar, um pequeno painel circular apresentando S. Domingos diante dum crucifixo, que tem a mesma silhueta, o mesmo ípsilon de braços pronunciado, e em boa verdade se dirá ser a reprodução do

(46) Ob. cit.

de baixo, o que presume a hipótese de o pintor, vivendo, como o escultor, em longes mas mesmas terras, distantes para onde estas obras foram feitas, conhecer a imagem de escultura.

Outro aspecto a considerar na escultura de Bemfica é o facto de apresentar quatro pregos.

É a tradição bizantina contra o que neste caso fizeram os albigenses, seguidos depois pela estética dos tempos posteriores, empregando nos crucifixos os pés sobrepostos e três cravos: um em cada mão e o terceiro abrangendo ambos os pés.

Esta norma, que se generalizou pelos tempos fora e é hoje comum, foi contudo posta de parte por alguns grandes artistas e no século dezassete por Velasquez, Zurbaran, Cano — por este nem sempre — Montanés e outros pintores e escultores espanhóis, que adoptaram os quatro pregos.

Mas na Península, tanto em Portugal como na Espanha, raramente se adoptou o que fez Pereira e se nota nos *Cristos* de Bemfica e de Lozoya: os pregos são quatro, mas os pés quase se sobrepõem, encostam-se, parecendo à primeira vista que, neste particular, a norma é a albigense.

É certo que Montañés, talvez influenciado por Miguel Ângelo, ao adoptar os quatro cravos — o *Cristo* da Catedral de Sevilha, por exemplo — cruzou porém os tornozelos da figura de Jesus. Pereira seguiu um meio termo: encostou os pés, quase os sobrepôs e pregou-os com um cravo em cada pé.

É o que se dá, precisamente igual, no *Cristo* de Bemfica e no de Lozoya.

Corram-se os Crucifixos dos templos portugueses, sobretudo os do século XVII, e ver-se-á a diversidade com o de Bemfica.

De resto — repita-se — os *Cristos* de Bemfica e de Lozoya assemelham-se, têm a mesma silhueta e aproximam-se em diversos aspectos e pormenores. E, se o segundo foi atribuído a Cano, por lembrar a silhueta do quadro deste pintor e escultor no Museu do Prado, diferente de ambos, no pormenor dos cravos, é o de Bemfica, com os seus braços erguidos mais ao alto, quase verticais, num ípsilon bastante verticalizado, e aproxima-se mais dessa pintura do artista granadino. E é caso para sugerir que, se a nossa imagem do templo dominicano existisse na Espanha, talvez tivesse sido atribuída a Cano, como fora a outra de Pereira pertencente ao Marquês de Lozoya.

★

A imagem da Senhora do Rosário tem também farta documentação:

O *Santuário Mariano, o Agiologio Dominicano* e outras obras, além da *História de S. Domingos* e do livro de Ferrer de Valdecebro (47) — é abundante a bibliografia — não deixam de se lhe referir e fazem-no com encómio.

É imagem com tradição, que a crença tornou milagrosa.

«La Imagen de Maria Santissima del Rosario del Real Convento de Bemfica — conta Ferrer de Valdecebro (48) — hizo milagros prodigiosos recien colocada en el Altar y Capilla que hizo el bendito Padre Maestro» (o Prior Fr. João de Vasconceos).

E os milagres atribuídos eram tantos que Fr. Manuel de Lima, no *Agiologio Dominicano*, tem esta curiosa passagem (49):

«Collocada a singular Imagem de Maria Santissima do Rosario, na sua Capella da Igreja de Bemfica, obrou a Senhora algumas maravilhas, verdadeiramente maravilhas. Amotinado, não só o povo circumvizinho, mas também o de Lisboa, com esta noticia, tudo attribuindo a milagre da Senhora, vio o Veneravel Padre (Fr. João de Vasconcelos) em huma occasião hum grande concurso, celebrando certo prodigio; tirou informações e achando que o chamado prodigio tinha pouco mais que apparencia e fora nimia devoção ou credulidades, e abrazado em ardente zêlo, com viva fé, e extremosa dor, diante de todo o concurso disse á Imagem de Maria Santissima:

«Senhora, vede que he necessario não fazer milagres; e adverti q̃ se os continuais, vos hey de tirar da igreja e escondervos em outro lugar».

E a Senhora obedeceu...

A imagem da Senhora do Rosário tinha pois grande devoção. E por certo esta devoção levou a que depressa se erigisse a sua irmandade, a qual em 1680 mandava construir detrás do altar uma dependência para a sua sacristia, conforme a inscrição que ainda hoje lá existe nos muros exteriores.

No primeiro domingo de Outubro festejava-se na Igreja de S. Domingos de Bemfica a Senhora do Rosário e copiosas eram as oferendas e devoções.

Como o *Cristo na Cruz*, a *Senhora do Rosário* teve até não há muitos anos grande devoção.

Não faltam as referências a esta devoção, o que plenamente justificará o interesse e cuidado com a imagem.

E também não escasseiam as citações e descrições desta maravilhosa escultura.

(47) *Hist. de la vida del rev. P. M. Fr. Iuan de Vasconcelos*, Madrid, 1668.

(48) *Ob. cit.*, l. II, pág. 58.

(49) *Id.*, pág. 201.

Fr. Agostinho de Santa Maria, no *Santuário Mariano* ⁽⁵⁰⁾, descreve-a assim:

«He muito magestosa e infunde em todos os que a vem e contemplão grande respeito, temor e reverencia, e terá oito palmos ou mais de estatura, porque parece ainda mayor que a natural proporção; tem em seus braços hum rico, e engraçado Menino, que parece estar fallando com os que olhão para elle. Verdadeiramente estão estas soberanas Imagens roubando os corações dos que entrão naquelle fermoso Templo; e assim he grande a devoção que lhe tem não só os religiosos, mas os de fóra e todos os que vão aquella Casa».

E adiante ⁽⁵¹⁾ o autor do *Santuário Mariano* novamente se lhe refere, voltando a descrevê-la:

«He esta Santissima Imagem da proporção natural de huma elegante e perfeytissima mulher, aonde causa admiração sua fermosura, com hum rosto magestoso e alegre, que a todos enfeytiça, porque a alegria, que mostra, obriga a grande respeyto, ascende em amor e move muyto a devoção. Está com os olhos na querida prenda, que tem sobre a mão esquerda, dando e oferecendo com a direyta o Rosario aos seus devotos. O Menino Deos he muyto para ver todo embebido na piedosa Mãy, com huma acção pueril, todo risonho fugindo-lhe com huma flor, e com tanta graça e viveza se mostra que parece se pode duvidar se está vivo.»

«Vesse esta Senhora vestida de huma tunica branca, semeada de ouro ao pincel.»

«São taes as dobras e plicaduras destes seus vestidos que ouve quem se enganou por vezes julgando por seda o que he pura e verdadeyra madeira: piza a Senhora huma nuvem cuberta de huma grande turba de Serafins e remata-se em bayxo com huma bem galante pianha. Isto tudo he o que se enxerga naquella preciosa Imagem da Mãy de Deos, Maria Santissima».

Estas pormenorizadas descrições do *Santuário Mariano*, à parte o fervor místico do seu autor, expressam em boa verdade o que é a Imagem da Senhora do Rosário com o Menino ao colo, e coincidem, de resto, com as referências dos outros escritores, em particular Encarnação e Ferrer de Valdecebro.

A *Senhora do Rosário* tem de facto o tamanho, as medidas indicadas — pude comprová-lo — e é uma formosíssima e notável escultura que não poderia deixar de ser feita por um grande, «peritíssimo», insigne artista.

(50) Tomo I, pág. 408.

(51) Ob. cit., t. VII, pág. 141.

É uma imagem de singular naturalismo, dum naturalismo calmo, bem próprio de Manuel Pereira.

A técnica é perfeita — uma das mãos não é já a primitiva, como o evidencia o contraste com a outra, linda e bem tratada — a imagem está excelentemente lançada, é de boas proporções, tem airosa traça, marcada elegância, os panos caem bem e são pouco complicados, como acontece com as obras de Pereira, e a fisionomia da Senhora é toda candura e beleza, mostra uma expressão suave e naturalista; a figura é esbelta, é formosa, é bela, tem vida, realidade, palpita, vive, o que levou o seráfico autor do *Santuário Mariano* a considerá-la «*humana elegante e perfeitissima mulher*».

É uma imagem que está bem tirada do natural, reproduzindo com fidelidade o modelo vivo que Manuel Pereira aproveitou com acerto, valia e saber, porque de contrário e como outros artistas — por exemplo Pedro Mena, contemporâneo seu, ou Vasco de Zarza, talvez seu compatriota — a imaginativa não supriria a realidade a sobressair do modelo vivo.

Além disso—e aqui surge um facto importante—o *Menino* é uma notável, lindíssima escultura e revela-nos grandemente a arte de Pereira.

Com efeito, o *Menino*, além de apresentar o naturalismo próprio das



Detalhe da imagem de Santo Antonio, do interior do templo madrileno do Refugio: O menino é do mesmo modelo do da Senhora do Rosario, de Benfica

obras do insigne escultor seiscentista portuense, assemelha-se ao dum dos *Santos Antónhos* — ambos de Manuel Pereira, e um deles na frontaria da igreja de Santo António de los Portugueses, hoje Refugio, de Madrid — ao esculpido em madeira, que se encontra no interior do templo.

É o mesmo modelo, igual tipo de bambino, semelhantes os traços e a expressão fisionómica, embora vistas as duas esculturas uma de perfil e a outra a três quartos; idêntica a conformação da cabeça; penteados da mesma maneira os cabelos, formando múltiplos caracóis, talvez mais retorcidos na do templo madrileno, e levantando sobre a fronte em empenachada madeixa; os pés, os braços e as pernas são igualmente rechonchudos; as mãos bem delineadas; semelhante o lançamento da perna esquerda; o tronco reboludo, as carnes fornidas; a anatomia é igual e a silhueta é análoga.

Vistos ambos os *Meninos*, o de Bemfica e o madrileno, não se negará o mesmo tipo, o mesmo modelo, a mesma goiva.

Não constituirão todos estes aspectos e pormenores artísticos, técnicos e históricos, iniludíveis factos que identificam o autor destas imagens do cruzeiro e corroboram as afirmações, dos escritores da época?



Passando às pinturas, aos painéis da igreja de S. Domingos de Bemfica:

Fr. António da Encarnação descreve-os, nada dizendo sobre o seu autor. No entanto, acrescenta que vieram, como as imagens, de fora do país:

«...as imagens que neles (altares) estão, *umas de vulto, outras pintadas todas trazidas de fora do Reino* pelo P.^o Mestre (Fr. João de Vasconcelos) por serem feitas pelos mais insignes artifices da Europa» (52).

A este respeito Fr. Lucas de Santa Catarina diz, como atrás (53) foi transcrito, que «quadros da melhor mão que então reconhecia o pincel lhe ornarão as capelas».

Ferrer de Valdecebro fornece, porém, preciosos elementos, esclarece cabalmente o assunto:

«Y no paró — diz (54) referindo-se à esforçada acção do Prior de Bemfica — en acabar con extraña perfeccion Fabrica tã maravi-

(52) *Hist. de S. Dom. em Port.*, Lx. 1866, 3.^o vol., pág. 186.

(53) *Ob. cit.*, vol. V, pág. 132.

(54) *História de la vida del Ven. P. Juan de Vasconcelos*, Madrid, 1668, 1.^o, II, pág. 43 e 44.

llosa y admirable que luego la vistió y *adornó de famosas pinturas de Flandes y del celebrado entonces en Europa Vincenzo Carducchi*.

Mas o autor é ainda mais perentório:

«El Pintor de más nombre que avia entonces en estos Reynos, era Vincenzo Carducchi y aunque en aquella Corona avia pintores famosos y de no escondida fama, *«dispuzo que Carducchi le pintase los lienzos para la Iglesia»* (55).

A autoria das pinturas é portanto mais claramente indicada do que a das imagens.

Esses painéis — di-lo repetidamente o escritor — são de Vicente Carducho, pintor italiano (Florença 1578, Madrid 1638) que veio «jovem todavia» para Espanha com seu irmão Bartolomeu e Frederico Zuccaro, pintores de nomeada chamados por Filipe II para trabalhar no Escorial.

Vicente Carducho era um dos mais reputados pintores de Castela e rivalizava então com Eugénio Caxés, por vezes seu companheiro de trabalhos, e Nardi, pintores também do rei, e com Velasquez, como o demonstra o concurso para o quadro «Expulsion de los moriscos» (56), que valeu a entrada para o efectivo serviço régio ao genial autor do quadro das «Meninas».

O florentino Vicente Carducho, que aprendeu em Espanha e abertamente se pode considerar, bem como seu irmão e mestre Bartolomeu, um artista espanhol «tendió visiblemente — afirma Mayer (57) — a incorporarse al arte español en la medida de lo posible. Su estudio de las obras de Ribalta y Cotan no logró, sin embargo, destruir la incauta manera florentina del artista. Este pintor procedente del circulo de los manieristas, mantuvo siempre, heredado de su padre, el sentido italiano de las composiciones monumentales a la vez que su ilimitada capacidad para producir efectos pictoricos verdaderos».

São seis os altares ou capelas do corpo geral da igreja de S. Domingos de Bemfica.

Em quatro deles ainda existem as pinturas primitivas dos retábulos, uma das quais, a do altar do Espírito Santo, se encontra queimada na parte inferior.

Nos dois restantes altares os painéis foram substituídos por outros modernos.

Esses quatro painéis são os de «Pentecostes» ou do Espírito

(55) Ob. cit., 1.º, II, pág. 18.

(56) Jacinto Plcon «Vida y obras de Don Diego de Velasquez», Mad., 2.ª ed. ref. pág. 75.

(57) La Pintura española, 2.ª ed., Labor, Barcelona, 1929, pág. 200.

Santo, «S. Domingos Soriano, o Senhor libertando as almas dos cativos e Santos Auxiliares».

Neste último encontra-se uma figura ostentando um escapulário da Senhora do Rosário, devoção do prior, que tem suas verosimilhanças com o retrato de Fr. João de Vasconcelos reproduzido no livro de Ferrer de Valdecebro. Será efectivamente o retrato do prior de Bemfica? Servir-se-ia do prior o artista para a figuração dum santo?

Não encontrei nos quadros a assinatura de Carducho, o que não é estranhável, atendendo à sujidade em que se acham, e a ser frequente a falta de assinatura do artista autor.

Ainda existem também no altar-mor um painel rectangular — a *Adoração dos pastores* — sobre o arco triunfal do retábulo e na parte da retaguarda do mesmo arco cinco pequenos quadros de assuntos bíblicos, e encimando os altares do transepto dois medalhões.

É curioso que no que encima o altar do Evangelho se reproduz — como disse — um crucifixo na mesma disposição e silhueta da imagem de «Cristo na Cruz», que preside a este altar.

Todos estes quadros devem fazer parte da série. O Prior — repita-se — *dispuzo que Carduchi le pintase los lienços para la Iglesia...*

As pinturas são as primitivas que Vicente Carducho fez, como indica Ferrer de Valdecebro? Não devem restar dúvidas.

Nos painéis dos altares do corpo da igreja há de facto um «empeño de propulsar el nuevo naturalismo introduciendo en el efectos de luz», como assinala Mayer criticando a obra de Carducho; porém, mantem-se a «innata manera florentina» deste artista.



Quando vieram as pinturas de Carducho e as imagens de Manuel Pereira para Bemfica?

Vicente Carducho «antes y a la vez que Zurbarán⁽⁵⁸⁾ fué uno de los pintores más solicitados por los conventos españoles, especialmente por los castellanos señalándose por su insuperable laborosidad el ciclo pintado de 1626 a 1632 para el crucero de la Cartija del Paular que comprende nada menos que cincuenta y cinco grandes cuadros»⁽⁵⁹⁾ e «con Eugenio Caxés ejecuto tambien las pinturas del Sagrario de la Catedral de Toledo»⁽⁶⁰⁾.

Estas referências à famosa capela do *Sagrario* e a Cartuxa del

⁽⁵⁸⁾ Fuente de Cantos (Badajoz), 1598, Madrid 1664 (?).

⁽⁵⁹⁾ Mayer, ob. cit., pág. 200.

⁽⁶⁰⁾ Id., ib.

Paular, um dos mais célebres conventos da época — ocupava um antigo palácio real, doado também por um rei, como a de Miraflores — há que ter-se em conta desde que se sabe que o Prior de Bemfica, nomeado confessor e prègador do rei no ano do acabamento da igreja (1632) e depois deputado da Inquisição de Lisboa, teve de ir à Corte e numa das suas viagens foi visitar essa capela em Toledo, cidade onde há obra de Manuel Pereira ⁽⁶¹⁾, e a seguir passou a Semana Santa na Cartuxa del Paular, como contam Ferrer de Valdecebro ⁽⁶²⁾ e Fr. Lucas de Santa Catarina ⁽⁶³⁾.

Denota-se disto que Fr. João de Vasconcelos, se é que não se relacionara desde a sua viagem de 1632 com Carducho e Pereira, conhecera as obras daquele e naturalmente teria visto na fachada das Capuchinhas toledanas a imagem da *Conceição*, do segundo, e em Madrid, sobre a porta da Hospedaria destes cartuxos, o célebre *S. Bruno*, actualmente na Academia de S. Fernando, estátua que maravilhava as gentes e levava sempre Filipe IV a mandar parar o seu coche, quando lá passava, e decerto despertara também a admiração do Cardeal Zapata, que encomendou ⁽⁶⁴⁾ a famosa e conhecidíssima imagem de Burgos semelhante àquela e no dizer dalguns autores réplica sua.

Essa viagem do Prior a Toledo e a Paular deve ter sido em 1637, pois justamente no seu regresso a Madrid recebeu notícia da sua eleição para provincial (1637) e da morte de Fr. André de S. Tomás, lente de prima da Universidade de Coimbra e seu irmão de religião.

Vicente Carducho esteve ocupado, como se referiu, desde 1626 a 1632 a pintar os 55 grandes quadros — 3^m,45 de altura por 3^m,15 de largura ⁽⁶⁵⁾ — para El Paular, dois dos quais se encontram hoje na Cartuxa de Burgos ⁽⁶⁶⁾.

Naturalmente não foi durante este espaço, apesar da sua grande laboriosidade, que pintou os sete painéis dos altares-mor e do corpo da igreja, os dois medalhões do transepto e os cinco pequenos quadros da retaguarda do retábulo principal de S. Domingos de Bemfica. E como também não lhe seriam encomendados antes de começar as obras da igreja dominicana de Bemfica (1624), teremos que esses painéis foram pintados entre 1632, data da conclusão dos quadros da Cartuxa del Paular e das obras da igreja de Bemfica ⁽⁶⁷⁾, e 1638, ano em que

(61) Cean Bermudez e outros.

(62) Ob. cit., V, pág. 112.

(63) Tarin y Juaneda, *La Real Cartuja de Miraflores. Hijos de Santiago Rodriguez, Burgos*, 3.^a ed., pág. 206.

(64) V. nota final, VII

(65) *La Pintura en Valladolid*, pág. 221, obra em publicação.

(66) Tarin y Juaneda, ob. cit., pág. 179.

(67) Vide nota final, XIII.

faleceu o autor dos *Diálogos da Pintura*, senão mesmo são obra do último ano da vida do pintor.

Pouco tempo esse espaço de cerca dum ano, de 1637 a 1638 para pintar sete quadros de 2^m,50 × 1^m,50 aproximadamente e os outros sete mais pequenos? Não para este laborioso pintor porque, como se vê, Carducho trabalhava depressa, à semelhança de Lucas Giordano de quem sentenciosamente se dizia: «*Lucas fra presto*», e pintando em seis anos os 55 grandes painéis de El Paular teve uma média de trabalho anual um pouco maior do que a totalidade dos quadros — de menores dimensões, note-se — que estão em Bemfica.

De resto, como diz Agapito y Revilla⁽⁶⁸⁾ foi «su labor, abrumadora en algunas ocasiones»... «que puede decirse de las ciento una cebezas de Emperadores que le mando pintar Felipe III para la Casa Real de Talladolid, según Don Pedro Madrazo, o ciento cuarenta y una, según Don Francisco Javier Sanchez Canton? (141 se cuentan en el inventario de 1607)».

Além disso, Carducho — saliente-se — poderia ter pintado os quadros de Bemfica, e é provável, logo a seguir a 1632.

Dos mesmos tempos devem ser as esculturas de Manuel Pereira. Mais ou menos pertencem a esse período do «excelente escultor, noble português», após as imagens de Alcalá de Henares — 1624 é a data dum dos Santos jesuítas — e que vai até à fase dos *Santo António* de Madrid e dos *S. Bruno* de Miraflores, cujo doador faleceu em 1635, e da *Hospedaria dos cartuxos de El Paular*, feito decerto anteriormente àqueles.

As imagens de Bemfica não devem passar desta época, do sétimo lustro de seiscentos, senão são de data um pouco anterior, como se pode inferir da sua técnica menos sóbria, menos sintética.

Nas imagens de Bemfica não há essa sobriedade, essa síntese — ia a dizer modernista — que culmina nos *S. Bruno* e noutras esculturas posteriores.

Manuel Pereira estava então em plena actividade e grande celebridade artística e consequente renome social.

Éra o maior escultor de Madrid.

E assim afoitamente e com absoluta exactidão o classificam Fr. António da Encarnação de «insigne oficial», Fr. Lucas de Santa Catarina de «melhor escultor», Ferrer de Valdecebro de «mayor oficial» e Palomino, historiador e pintor, quase do officio, de «excelente», «insigne», etc.

(68) Ob. cit., pág. 222.

É o mestre da escola de Madrid, como os factos o evidenciam e o designa D. Elias Tormo.

E Vicente Carducho é no seu último quartel, como o demonstra a sua *Visão de S. Francisco*, do Museu de Budapeste, pintada em 1631, que deixa a sua obra mais valiosa e importante.



Enfim, esses painéis de Vicente Carducho e essas esculturas de Manuel Pereira são duma época esplendorosa dos seus autores; são obras de notável valia, sobretudo a linda, magnífica imagem da *Senhora do Rosário*, e se S. Domingos de Bemfica, no dizer sugestivo de Raul Proença⁽⁶⁰⁾, é «um panteão de recordações gloriosas», é também com essas imagens e pinturas, a talha de Jerónimo Correia, o túmulo de João das Regras, monumento nacional, e o precioso recheio da capelinha de S. Gonçalo de Amarante nas dependências da igreja, e a capela dórica dos Castros, com os seus túmulos monumentais, no claustro, um valioso museu de gloriosas obras de arte.

NOTAS

I — Fr. João de Vasconcelos, no século Álvaro Mendes de Vasconcelos, o prior que construiu a igreja de S. Domingos de Bemfica e algumas dependências do convento e foi o architecto do mesmo templo e do do Sacramento de Alcântara, nasceu em fins de 1589 ou nos princípios de 1590 em Lisboa ou talvez mais certo na capital alentejana — «acrescia... ser natural de Évora» (Fr. Lucas de Santa Catarina, *Hist. de S. Dom.*, Lx., 1866, 5.º vol., pág. 161), e passou a sua infância numa quinta em Marvila (Fr. Manuel de Lima, *Agiot. Dom.*, Lx. 1709, tom. I, pág. 193) o que estabelecerá decerto o motivo da confusão da naturalidade.

Era filho segundo de D. Manuel de Vasconcelos, presidente da Senado de Lisboa e regedor das justiças, e de D. Luísa de Vilhena de Mendonça, e irmão do 1.º Conde de Figueiró, D. Francisco de Vasconcelos.

Descendia dos Vasconcelos e Cunhas — de D. Nuno da Cunha, vice-rei da Índia —, das «casas más calificadas de aquel nobilissimo reyno», no dizer do espanhol Ferrer de Valdecebro, seu biógrafo — e dos 1.ºs Condes da Castanheira, seus bisavós por parte paterna e dos Marqueses de Santa Cruz y Almazin devido à sua avó materna, D. Filipa de Mendonza, de origem espanhola.

Achava-se aparentado também com os Marialva, Vidigueira, Monte-Santo — Monsanto? — e Atalaia.

Fez os seus primeiros estudos no Convento de S. Bento de Xabregas e estudou humanidades nos Lolos com Fr. António da Conceição, depois Beato António, o famoso religioso, que deu origem à designação dum bairro de Lisboa.

Sendo mais tarde aluno porcionista do Colégio de S. Pedro, em Coimbra, abandonou os estudos universitários para entrar, contra vontade da família, no

(60) *Guia de Portugal*, 1.º vol. Lisboa, 1924, pág. 427.

Convento da Batalha. Professou em 11 de Março de 1608 em S. Paulo de Almada, voltou a Coimbra para estudar no Real Colégio de S. Tomás, leccionou em S. Domingos de Lisboa e em Évora, que deixou para governar Bemfica, e foi provincial da Ordem em Portugal, deputado da Inquisição e vigário do Convento do Sacramento de Alcântara.

Rejeitou algumas mitras e aceitou, a seguir a 1640, o encargo de reformar a Universidade de Coimbra.

Teve papel histórico nos acontecimentos de 1637 em Évora, onde foi mandado «a pacificar a cidade por Filipe IV de Espanha e transigiu com os revoltosos, lavrando nos Paços do Concelho escritura de tréguas (Ferrer de Valdecebro e Fr. Lucas de Santa Catarina)

D. Luís de Meneses, Conde da Ericeira, na *História de Portugal Restaurado*, diz que as diligências de Fr. João de Vasconcelos foram infrutíferas porque do governo filipino de Lisboa não teve o necessário apoio.

«Faleceu em 29 de Janeiro de 1652, terça-feira, das 3 para as 4 horas da tarde», dizem perentoriamente os mesmos escritores dominicanos, o que demonstra estar errada a inscrição do seu túmulo, que se encontra ainda em S. Domingos de Lisboa, defronte do do célebre Fr. Luís de Granada.

Foi homem de saber, cultivando não só as ciências religiosas e humanísticas como as belas artes.

(Bibliog.—Fr. Ant. da Encarnação e Fr. Lucas de Santa Catarina, *Hist. de S. Dom. em Portugal*; Fr. Andrés Ferrer de Valdecebro, *Hist. de la vida del ven. P. e M. Fr. Juan de Vasconcelos*, Jorge Cardoso, *Agiologia Lusit.*; Fr. M. de Lima, *Agiol. Dom.*; Fr. P. Monteiro, *Claustro Dom.*; Fr. Agostinho de Sta. Maria, *Santuário Mariano*; Fr. Nicolau de Sta. Maria, *Crónica dos con. regredentes*; D. Luís de Meneses, Conde da Ericeira, *Hist. de Port. Rest.* e outros).

II — Fr. João de Vasconcelos possuía abundantes conhecimentos de arquitectura e parece ser o architecto das igrejas de S. Domingos de Bemfica e do Sacramento de Alcântara.

Fr. Antóni da Encarnação, seu contemporâneo, relatando a construção da igreja de Bemfica (*Hist. de S. Dom. em Port.*, Lx., 1866, 3.º vol, pág. 185) conta:

«Tinha o prior alguma ciência de arquitectura, consulta os peritos nas artes, visita com alguns deles os templos de Lisboa, notando as perfeições e as faltas que neles se descobrissem para se imitarem umas, e para fugir das outras, apresentam-se e cotejam-se várias plantas, tomam assento na fábrica, manda derrubar todo o corpo e cruzeiro da igreja velha, ficando só em pé o coro e a sacristia».

Disto poderá inferir-se que a algum dos peritos consultados caberá a planta; porém outros autores da época afirmam perentoriamente os conhecimentos de arquitectura do Prior.

Fr. Lucas de Santa Catarina, a propósito da construção da igreja do Sacramento de Alcântara, refere (*Hist. de S. Dom. em Port.*, 4.ª parte. Lx., 1866, vol. 5.º, pág. 133) que «ajudou esta superior ideia ao Veneravel Padre na noticia que tinha de arquitectura», e acrescenta adiante (pág. 253) sobre o mesmo tempo: «Esta é a fabrica que serve de alma a todo o Mosteiro, trabalhada e conseguida pelo Veneravel Padre».

A respeito da mema igreja Ferrer de Valdecebro relata (*Hist. de la vida del rev. P. M. Fr. Juan de Vasc.*, Mad., 1668, 1.º 1, pág. 119) a acção de Fr. João de Vasconcelos «assistiendo personalmente a ella con especial conocimiento que de fabricas tenia porque havia estudiado con algun cuidado lo Arquitectura y — referindo identificando o architecto das duas igrejas — de aqui nacio haber salido una otra Iglesia de Benfica y deste convento Santo, de las más ayrosas, suntuosas y bien acabadas que tiene el Reyno».

Fr. Pedro Monteiro, no *Claustro Dominicano* e Fr. Manuel de Lima no *Agiol.*

logio Dominicano, corroboram estas afirmações, e o segundo, depois de contar que até à construção dos alicerces da igreja de Bemfica «se tinha gasto mais de onze mil cruzados» (tomo 1, pág. 193), afirma decisivamente a respeito do templo das dominicanas do Sacramento que Fr. João de Vasconcelos «foy elle, não só o delineante mas o artifice; pois com a continua presença e fadiga lhe agenciou brevisima perfeição» (tom. 1, pág. 193).

Quanto à igreja do Sacramento de Alcântara, convém rectificar referências de alguns autores, que confundem as duas construções do templo.

O convento do Sacramento foi, como se sabe, fundado pelo 3.º Conde de Vimioso, D. Luís de Portugal, depois professo Fr. Domingos do Rosário em S. Paulo de Almada, e por sua mulher D. Joana le Castro, filha dos Condes de Basto, e nele entraram, além da fundadora, algumas senhoras da nobreza, designadamente D. Maria Corte Real, filha de Cristóvão de Moura.

A 1.ª pedra do convento, e decerto seria a da igreja, foi lançada em 7 de Janeiro de 1612 pelo arcebispo D. Aleixo de Meneses, acabando-se o templo em 1616.

Mas em 1635, Fr. João de Vasconcelos, ao tomar conta do cargo de vigário do convento, resolveu fazer nova igreja «derribando la antigua», como conta Ferrer de Valdecebro (obr. cit., l.º 1, pág. 119) e confirma Fr. Manuel de Lima (obr. cit. 1, pág. 198): «Cuydou em lançar abayxo a Igreja para fazer hua nova».

Os motivos que levaram a tal o Vigário explica-os cabalmente Jorge Cardoso no *Agiologio Lusitano* (vol. 3.º, pág. 336):

«A igreja que tem esta casa de presente, se deve á eximia piedade e ardente zelo do culto divino, que morou sempre no peito do P. e M. Fr. João de Vasconcelos, de perduravel memoria, o qual não contente da que tinha então, por demasiadamente alta e soturna, a mandou arrazar, e levantou outra de novo, sobre o mesmo sitio, de galharda fabrica e admiravel architectura».

Ainda a propósito da igreja do Sacramento de Alcântara é digna de registo esta interessante referência de Ferrer de Valdecebro (obr. cit., l.º I, pág. 119, v.º e 120):

Es pues la Fabrica de la Iglesia del Sacramento a la manera que la rotunda de Roma, cuya hermosa planta le ofrece hoy a la vista y la veneracion el Santo Convento de Bernardas Recoletas de Alcalá de Herares. Esta planta misma ingeniada con más arte y hermosura es la Iglesia del Sacramento de Lisboa».

Ora, como a igreja das Bernardas de Alcalá, do risco de Monegro, data de 1618, temos que a do Sacramento, a apresentar planta baseada naquela, não poderia ser o templo de 1612-1616.

A «Lisboa de ontem e de hoje» do Sr. Rocha Martins

Considerações feitas ao correr da pena

por MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO,
LUÍS PASTOR DE MACEDO
e outros

(Conclusão)

Pág. 108 — «Ficamos a contemplar a hoje já mutilada cêrca da Casa Pia, em cujo outeiro se ergue a capelinha manuelina do Santo Cristo».

Perdão. A capelinha manuelina de S. Jerónimo. Assim é que está bem.

Pág. 113 — «...foi construída [a ermida de Santo Amaro] pelos freis de Cristo que a ligaram à sua confraria de S. João de Latrão de Roma, pagando-lhe o seu foro».

Mas os freires de Cristo tinham alguma confraria em Roma? Valha-nos Santo Ambrósio, Santo Andrónico e S. Carlos Burromeu...

Pág. 116 — «Deu-nos muitos planos para o embelezamento de Lisboa que publicámos, em 1906, na *Ilustração Portuguesa*».

Mas quem deu? Onde estará, por onde parará o sujeito da oração?

Pág. 120 — «Existia já o Palácio de Belém que D. João V mandara construir em terras do Conde de Aveiras e que adquirira».

«...que D. João V mandara construir...». Mas por que é que o Autor não lê, o que sobre o assunto se tem publicado?

Pág. 120 — Sebastião José de Carvalho e Melo foi morar para o que se chamava o Pátio das Damas pois ali residiam algumas das senhoras do serviço da Rainha e das Princesas antes que o Ministro para lá fosse com sua família».

Isto também não está bem. Sebastião José de Carvalho foi morar para o pátio que se chamou da *Secretaria*. O pátio das Damas era na calçada de D. Vasco e quem lá morou foi D. João da Bemposta, por

ter casado com a Duquesa de Abrantes, que era a camareira-mor e por conseguinte a chefe (por assim dizer) das damas da Rainha D. Mariana Vitória.

Pág. 121 — «Há uma sociedade musical, a Recreio Ajudense, no primeiro andar da casa do Marquês [de Pombal]».

Nada disso. A casa do Marquês dava para a calçada da Ajuda e ardeu há alguns anos. Só existe da primitiva a antiga secretaria do Estado. É, hoje, sede da Junta de Freguesia.

Pág. 121 — «Chama-se a via calçada de D. Vasco e sempre a conhecemos por aquele nome naturalmente porque ali se erguia a residência do Conde de Belmonte, D. Vasco da Câmara».

Vamos lá explicar a coisa.

D. Vasco da Câmara, 1.º Conde de Belmonte, morou ali, mas a rua já se chamava *de D. Vasco* por causa do seu avô, também D. Vasco da Câmara (filho do Conde da Ribeira), que casou com D. Madalena de Lencastre, a qual herdou a casa por seu irmão, Rodrigo de Figueiredo Alarcão, ter morrido sem descendência.

Ora aí está.

Pág. 122 — «A primeira pedra [do palácio da Ajuda] foi batida em 1802».

Pois sim, mas a construção começou pouco depois do incêndio do Paço Velho ocorrido em 11 de Novembro de 1794. *Bater* pedra, por *lançar* a primeira pedra nos alicerces dum edifício, parece-nos muito incorrecto.

Pág. 123 — «Antes que a demolição inevitável chegue ao sítio cheio de tradição, lembrámo-nos, ao contemplar aquelas paredes esburacadas com seus remendos de recurso, que, dentro delas, viveu um homem, cuja situação na Corte de D. José lhe ter permitido subir muito alto».

Não há dúvida que o fim do período transcrito é muito confuso, muitíssimo confuso, mas, em compensação, logo a seguir, vem este pensamento que é de se lhe tirar o chapéu: — «Poderia deixar à posteridade [ao certo, não sabemos quem, mas talvez o homem que viveu no casal de Pedro Teixeira] o clarão espancador das trevas que envolvem o reinado».

Pág. 128 — «...o antigo mosteiro de Santa Engrácia...»

Encontra-se isto, segundo o Autor, numa notícia dada em 20 de Janeiro de 1935 pelo «Diário de Notícias». Mas na verdade, se nos

jornais se justificam alguns deslizes — basta considerar a pressa com que a maior parte das vezes são feitos — em livros que procuram ser *respeitáveis*, esses deslizes não são de admitir. Então o autor não teria obrigação de saber que nunca existiu em Lisboa qualquer mosteiro sob o patrocínio de Santa Engrácia? Valha-nos esta Santa, mais Santa Quitéria de Meca e Santa Atanásia...

Pág. 131 — «Algés de Cima foi o fulcro de todo esse magnífico bairro, hoje elegante, que vai até Ribamar e cerca aos cerros fronteiros pelo Ocidente do Alto Duque».

Está claro que chegámos aqui e limpámos os óculos; mas lemos outra vez e ficámos na mesma. Desde então, aquela de «cerca aos cerros» nunca mais nos saiu da memória.

Pág. 135 — «É crível que a propriedade se talhasse em terrenos do palácio onde residia D. João V, possivelmente o mesmo, depois destinado a residência dos governadores da Torre de Belém».

Incrível, incrível é que nos parece tudo isto. Ainda o senhor D. João V não tinha morrido, ainda o pai do senhor D. João V não tinha morrido, ainda o avô do senhor D. João V não tinha morrido etc., etc., etc., já os governadores da Torre de Belém residiam na casa em questão. Como é que só depois de el-rei D. João V a ter habitado (se é que lá habitou), teria sido destinada a residência dos governadores da Torre que lá moraram antes dele nascer?

— Pág. 135 — «Aquele edifício ficava junto da praia como o convento das Salésias, de freiras irlandesas...»

Mas onde é que o Autor teria visto que o convento das Salésias era de freiras irlandesas? Valha-nos Santa Brígida, S. Patrício, e Santa Filomena da igreja do Corpo Santo... Uma assim!...

Pág. 135 — «Bom Sucesso, porquê? Porque os barcos ali chegavam, ao cabo de longas ou pequenas travessias, estavam em bom resguardo, no abrigo, livres das tormentas? Assim seria bom o seu sucesso».

Que prodigiosa imaginação! Que intuição tão catita!

Nós, desprovidos de faculdades imaginativas — além de muitas outras, claro está — estávamos convencidos de que o nome ao sítio viera do convento do Bom Sucesso. Em que doce ilusão nós estávamos...

Pág. 143 — «...apresenta [o salão dos Embaixadores no palácio da Ajuda] os sobrepostos pintados...».

Os sobrepostos ou as sobrepostas?

Pág. 143 — «...da revolução de 17 de Maio de 1870».
Aliás de 19 de Maio.

Pág. 150 — «Apesar dessa amizade [com o Marquês de Angeja] o Rei [D. José I] preferiu guardar segredo, mesmo dele, indo tratar-se a casa do físico-mor, José Soares Brandão, que residia a alguma distância na correnteza de prédios cujos quintais deitavam para a praia».

Vamos devagar, com licença do Autor.

As casas onde residia o cirurgião António [e não José] Soares Brandão ainda lá estão, e os seus quintais nunca deram para a praia pela simples razão de darem para o lado oposto. No estudo *Do Sítio da Junqueira* até vem a fotografia da casa...

Pág. 151 — «Morreu [Aires de Saldanha] sob o domínio filipino quando a Junqueira se tornara seu vínculo...».

Tenha paciência, mas não está bem. A Junqueira não se tornou vínculo dos Saldanhas sob o domínio filipino. O vínculo é muito anterior, do tempo de D. João III.

Pág. 153 — «A residência [palácio da Ega] pertenceu, depois, aos condes de Folgosa. Júlio de Vilhena recolheria, no salão nobre, as falaciosas permissas da sua efémera chefia regeneradora».

Salvo erro, Júlio de Vilhena não foi eleito chefe do partido regenerador no palácio Ega. Note bem — salvo erro. Quem o foi lá, com certeza, foi Teixeira de Sousa.

Agora quanto a *falaciosas permissas*, temos conversado. *Falaciosas primícias* é que é, como o autor pode verificar, se acaso tem à mão um vocabulário; a não ser que tenha pretendido escrever *falaciosas promessas*.

Pág. 153 — «...Diogo de Mendonça Côrte Real, Subsecretário de Estado no reinado de D. José...».

Subsecretário? *Secretário de Estado* é que foi.

Pág. 157 — «Mais tarde, o Palácio de Alcântara foi sede da Sociedade Promotora de Educação Popular...».

Não foi. Creia que não foi. O palácio do Calvário ou de Alcântara não era situado onde o Autor pensa. Ficava no lado norte do largo do Calvário e não no lado sul. Onde o Autor pensa que foi o palácio, foram as cavalariças e outras dependências do mesmo, nalgumas das quais se instalou o *Club do Calvário*, precisamente onde está a sede da referida Sociedade Promotora de Educação Popular.

Isto tudo foi completamente esclarecido pelo sr. dr. Jordão de Freitas numa série de artigos publicados no jornal «A Voz», e pelo anotador da 2.^a edição de *A Ribeira de Lisboa*, de J. de Castilho.

Pág. 157 — «No baixo do edifício está um cinema propriedade da Promotora...»

No baixo? Tem a certeza?

Pág. 161 — «Tem larga história o sítio [*do largo do Calhariz*] onde se disse que D. Álvaro Vaz de Almada morava o que não está bem averiguado».

Perdão, sr. Rocha Martins. O que até agora está averiguado é que não existe qualquer base séria para se dizer que D. Álvaro tenha ali morado.

A este respeito já o sr. Norberto de Araújo disse o que tinha a dizer neste mesmo boletim.

Pág. 164 — «Na esquina da Rua do Arco, a Jesus, vê-se o Solar do Marquês de Pombal, na época alugado aos comerciantes britânicos de Purry...»

Ora Purry — David Purry — não era inglês, mas suíço, como, aliás, resalta da própria nota que o autor pôs ao texto e na qual se diz (citando *A cultura Suíça em Portugal*, de Eduardo Moreira) que ele nasceu em Neuchatel. Neuchatel é na Suíça.

Pág. 165 — «...além do Conde de Daupias, artista e industrial, que causava admiração pelo ambiente de luxo que o cercava no seu palacete da Travessa do Conde da Ponte, a Santo Amaro».

Não seria antes na antiga rua de Santo António, ao Calvário, hoje denominada rua Rodrigues de Faria?

Ora veja bem...

Pág. 177 — «Aqui fica o pedido, que nem sequer é dispendioso...»

Pedido dispendioso?

Pág. 189 — «A casa de jantar do Palácio dos Sabugosas é redonda como a do Ramalhão, mas nenhum dos traços architectónicos externos o indica».

Não. A casa de jantar do palácio Sabugosa não é redonda, mas sim elíptica, ou, se prefere, oval, e nada o indica exteriormente por esta razão muito importante: — por que não dá para o exterior...

Pág. 189 — «A biblioteca [do palácio Sabugosa],... devia ter sido um belo lugar de estudo quando o edificio estava dentro da quinta».

O edificio nunca esteve *dentro* da quinta porque teve sempre frente para a estrada (rua de S. Joaquim = rua Primeiro de Maio).

Pág. 192 — «Na vastíssima cerca [do Convento das Flamengas] talharam-se ruas, as dos Lusíadas, a de Leão de Oliveira...».

Também não está bem. A cerca não era vastíssima. Para o norte nem chegava onde hoje corre a rua dos Lusíadas, pelo que esta rua não poderia ter sido aberta em terreno da cerca. A rua Leão de Oliveira é que em parte (note-se bem — *em parte*) foi rasgada nesse terreno.

Pág. 196 — «Na cerca desse mosteiro aconchegado,... se talhou o edificio e dependências do Posto de Desinfecção e da esquadra da policia. Denominou-se Caminho Novo e era uma artéria um tanto mesquinha que ligava o velho bairro ovarino à avenida que se rasgara do Aterro para a Calçada da Estrela».

Mas o que é que se denominou *caminho Novo*? Que é feito do sujeito da oração?

Pág. 201 — «Enquanto ao Quelhas, não sabemos se foi o sítio que deu a alcunha a D. Francisco de Sousa que ali teve palácio e quinta, ou se o fidalgo pegou ao lugar o seu chamadoiro».

Pois se não sabe vamos nós dizer-lho: *Quelhas* era a alcunha de D. Francisco Xavier Pedro de Sousa e deste é que o nome passou ao sítio. Aliás isto é sabido por todos os que estudam um bocadinho estas coisas.

Pág. 208 — «O Conselheiro Emídio Lino da Silva... era official de engenharia».

Olhe que não era. Podemos garantir-lhe que tinha o curso de engenharia civil, mas que era official de Infantaria.

Pela nossa salvação!

Pág. 226 — «Paço de Arcos também tem a sua defesa, a de S. Pedro,... e Caxias a de S. Bruno... Segue-se o da Conceição em Algés. Surge a joia formosa ecoante de legendas: a Torre de Belém...».

Na resenha dos fortes da margem norte do Tejo, ao forte de S. Bruno não se segue o da Conceição; porque intermédios ficavam, além de outros pequenos fortes, o de Santa Catarina na Cruz Que-

brada, onde julgamos que em tempos morou o Conselheiro Bernardino Machado, e o de S. José de Ribamar, no Dafundo, dos quais restam ainda vestígios reconhecíveis.

Pág. 227 — «Seguia-se o fortim de Alcântara, de que existe um vago baluarte encravado no jardim do Largo das Necessidades».

Não está certo. Em Alcântara nunca houve um *fortim*. Existiu uma frente de fortificação abaluartada, com dois baluartes, imprópriamente chamados *fortes*, ligados por uma cortina com parapeito. O do norte tinha o nome de baluarte do Livramento, e ficava do lado norte da actual rua do Livramento, à frente do jardim do largo das Necessidades, do qual não fazia parte. O do sul era denominado baluarte do Sacramento ou forte da Alfarrobeira, e caía em parte sobre o local da parada do antigo quartel dos Mariheiros. Deste último resta uma lembrança na toponímia: — travessa do Baluarte.

Pág. 231 — «...e o templo [de S. Jorge de Arroios] recebeu a sacração em 8 de Novembro de 1828».

Este templo não foi *sagrado*, na excepção litúrgica do termo, mas sim *benzido*, para poder servir para actos do culto.

Pág. 231 — «...o [palácio] dos Condes de S. Miguel [no sítio de Arroios] foi estação de carros do Larmanjat; outros [foi um só] transformaram-se em oficinas de tecidos e também existiu no sítio a famosa fábrica de cerveja Leão».

Ora falar no palácio dos Condes de S. Miguel e logo a seguir na fábrica de cerveja que existiu no sítio de Arroios, não está bem, porque o leitor fica sem saber onde a fábrica se situava, podendo aliás ficar completamente esclarecido. Bastava para isso dizer que no mesmo palácio dos Condes de S. Miguel, esteve a estação dos Caminhos de Ferro Larmanjat, e depois a fábrica de cerveja, etc. A não ser que o Autor ignore onde a fábrica esteve instalada, o que aliás é de admitir.

Pág. 231 — «Entre os palácios recordam-se os dos nobilíssimos Manuéis, dos Mestre de Malta, de D. Sancho Manuel e do nosso saudoso amigo D. Tomaz de Almeida Manuel de Vilhena...».

À primeira vista poderá parecer que se trata de quatro palácios, mas na verdade só se trata de um—o que foi dos nobilíssimos Manuéis dos Mestres de Malta, o mesmo que foi de D. Sancho Manuel, e ainda o mesmo que foi de D. Tomás de Almeida Manuel de Vilhena!!!

Pág. 256 — «Não havia ramilheteiras nem se pensava em estabelecimentos para a venda de flores. Em 1891, ou no ano anterior, parece que começou a esboçar-se um comércio do género».

Não é bem assim. No outono de 1874, por sinal num domingo, Rafael Bordalo Pinheiro, que então morava na rua do Carmo, no prédio que torneja para o Chiado, tendo saído de sua casa na companhia de D. Tomás de Melo, ao entrar no Rossio «deu de frente com Eugénio de Castilho... aquele adoido cheio de saúde e de talento».

Para onde vamos, para onde não vamos, e decidiram ir até o campo. «Neste momento aproximou-se uma rapariguinha, vendendo flores num taboleiro de verga. Era uma novidade para Lisboa — diz D. Tomaz num seu depoimento — a venda de flores!».

O «comércio do género» começou a esboçar-se, portanto, não em 1891 ou 92, mas em 1874.

Pág. 263 — «Os políticos e os janotas encontravam-se na Havana do Chiado, os militares reformados nas lojas que vendiam artigos de uniformes, os funcionários na Neves do Rossio, e assim em várias escalas até às Escadinhas de Santa Justa, o antigo Beco dos Namorados, que deveria manter o nome depois da construção do elevador».

Se às escadinhas do extremo ocidental da rua de Santa Justa, o Autor dá a antiga denominação de beco dos Namorados, querendo aludir à circunstância de o sítio ser muito aproveitado para namoros, na verdade nada temos visto que justifique a graça, se bem que respeitemos a opinião do Autor. Mas se quis fazer referência ao antigo e verdadeiro beco dos Namorados, então temos a dizer que não era no sítio das citadas escadinhas, mas que corria em direcção perpendicular a estas e que ficava ao centro do quarteirão de casas compreendido entre as ruas do Ouro, dos Sapateiros, de Santa Justa e da Assunção. Dele não resta vestígio algum, nem na toponímia da cidade reconstruída depois do terremoto.

Pág. 266 — «Existiam as barreiras, os meios de transporte eram ainda, na sua maioria, de tracção [*de tracção animal, estenda-se*] embora se tivesse ensaiado o que se chamava impròpriamente o caminho de ferro americano».

Impròpriamente porquê? A designação *caminho de ferro* refere-se às *calhas* ou *carris* sobre que deslizam as rodas das viaturas, e nesta acepção os termos não são impróprios. Tornando-se necessário dar nome ao sistema de exploração de transportes por meio de viaturas circulando sobre calhas ou carris de ferro, e para o material para ele necessário, muitos países, Inglaterra, França, Espanha, Brasil,

Portugal, etc., adoptaram a denominação da via sobre que circulam as viaturas, independentemente de a tracção ser animal ou mecânica. *Americano*, porque os primeiros carros vieram da América.

Etc., etc.

ERRATA

Pág. 131, linhas 5.^a a 8.^a, onde se lê *elevadores* leia-se *eléctricos*, e onde se lê *Graça* leia-se *S. Tomé*.

O apelido «Lisboa», o título de um morgado, e a morgada mais bonita da cidade do Tejo

No fim do ano de 1589, morreu em Lisboa, na sua casa da Cordoaria Velha, um dos potentados financeiros da capital, «rico, poderoso e de grande casa e respeito», como dizem os cartapácios genealógicos. Chamava-se Diogo Roiz de Lisboa, e era filho de Luís Roiz de Lisboa. Pouco antes, com sua mulher Jerónima Lopes, e com a sua primogénita, Leonor Jerónima de Lisboa, tinha ele instituído um morgadio dos seus avultados bens, avaliado nessa altura em 100.000 cruzados, ao qual vinculou uma grande quinta em S. Sebastião da Pedreira, várias herdades no Alentejo, abundantes juro, e 8.000 cruzados em tapeçarias, peças de ouro e pedras preciosas, tudo isto com diversos sufrágios e outras obrigações de administração e sucessão. O morgado ficar-se-ia chamando «de Lisboa» e os que o possuísem teriam de usar este apelido. Como é de prever a filha herdeira achou logo marido, D. João de Noronha, filho do Sr. de Vila Verde. Como, porém, falecesse sem geração, deixando rico o feliz consorte, passou o morgado de Lisboa para a segunda, D. Maria Manuel de Lisboa, que casou com a mesma facilidade com D. Jerónimo de Almeida, da casa de Abrantes, Capitão Mor das Náus da Índia e das Costas do Reino. Também não teve geração, e assim o morgado veio a passar para a terceira filha, D. Ana de Lisboa, que casou e deixou uma filha, D. Jerónima Maria de Lisboa a qual levou o morgado para seu marido e primo, Simão Roiz do Amaral e Paiva. Destes foi filho e herdeiro José de Paiva de Lisboa, marido de uma filha do poeta Manuel de Galhegos, e pai de D. Antónia de Lisboa, que vivia, viúva, nesta cidade, em 1739, e que foi — dizem os documentos — uma das mais bonitas mulheres de Lisboa.

História de uma Casa Pombalina

Por JOSÉ DE CAMPOS E SOUSA

(Continuação do número anterior)

Aqui se fala da «Travessa da Cruz» e da «Travessa dos Poiais»

O Prédio e mais bens foram à Praça, pela primeira vez, a 23 de Março de 1866, nesta Cidade de Lisboa, em uma das salas do Tribunal da Boa Hora, perante o Dr. Queirós, estando presente o official da 1.^a Vara, António Maria dos Reis. Lançados «os convenientes pregões, com o tempo e entrevalos (sic) precizos», o Official Pregoeiro deu fé de que não houve lançador. Em face do sucedido, Francisco Gomes Loureiro e outros pediram, por intermédio do Procurador Lopes, a 25 do mesmo mês, que fossem designados dia e hora para voltarem à Praça os ditos bens — a «Propriedade do Largo do Carmo», sob o lanço de 24 contos de reis.

Reuniu o Conselho de Família (1), para autorizar, em nome dos menores, a 8 de Maio de 1866, no Tribunal da Boa Hora, perante o Dr. Queirós e o Curador Geral dos Orfãos, Dr. Abílio Xavier Pereira dos Santos. Autorizou-se a nova Praça e a venda do Prédio com o abatimento requerido; e mesmo quando assim não obtivesse o dito preço, foi outrosim autorizado qualquer novo abatimento com que voltasse à Praça pela terceira vez.

A 19 de Maio de 1866 o Official de Diligências da 1.^a Vara, Jaime Eduardo Monteiro de Paiva e Silva, afixou dois *Editais* nos lugares costumados (2), apregoando o seu conteúdo, do que foram testemunhas presentes Albino José Alves de Azevedo, Escrivão de Juízo Eleito da Freguesia de S. Julião, e o Corretor Manuel Maria Gomes. Alguns dias depois, a 24 do mês, Quarta feira, publicou-se o respectivo anúncio, sob o n.º 1, no *Diario de Lisboa*, N.º 116.

Realizou-se a segunda Praça a 30 de Maio de 1866, igualmente no Tribunal da Boa Hora, estando presentes o Dr. Queirós, o Official

(1) Constituído por: Bernardo Lemos da Fonseca, José Leite de Azevedo Rendo e Domingos José de Sá Barbosa.

(2) Um deles na porta do Prédio.

de Diligências da 1.^a Vara, o Escrivão Carlos Manuel de Freitas Jácome e o Inventariante Francisco Gomes Loureiro. Tendo o Oficial lançado os pregões, não houve lançador, tal como sucedera na primeira Praça.

O Procurador Lopes, a 30 de Agosto de 1866, requereu terceira Praça, sofrendo o lanço do Prédio um novo abatimento, dessa vez de 20 %. No mesmo dia o Oficial Paiva e Silva afixou novos *Editais* ⁽¹⁾, apregoando o seu conteúdo, do que foram testemunhas presentes Manuel Maria Gomes, que vivia «*de sua agencia*» e o Porteiro do Tribunal da Boa Hora, Augusto Ribeiro da Cruz.

Safu segundo anúncio, sob o N.º 6, no *Diario de Lisboa*, N.º 209, de Sábado 15 de Setembro de 1866; e a 22 do mês realizou-se a terceira Praça.

No Tribunal da Boa Hora, perante o Dr. Queirós, «*por elle Juiz foi ordenado ao Official (sic.) de Deligencias (sic.) Jayme Eduardo Monteiro de Paiva e Silva que abrisse a praça e mettesse a pregão venda e arrematação uma propriedade de Cazas (...) que tem quatro frentes, lojas e quatro andares (...)*».

Encontrava-se presente Manuel da Cunha Guimarães Ferreira, Comendador na Ordem de Cristo, natural da Freguesia de S. Martinho do Conde, do Conselho de Guimarães, filho de José da Cunha e de sua mulher D. Custódia Ferreira. O Comendador, «*homem muito austero e muito considerado no meio social de Lisboa*», casara com D. Alexandrina Adelaide Coelho, dos Coelhos de Pernambuco, e morava então em Lisboa, na Calçada do Carmo Velho N.º 3. Sem nunca ter visto a propriedade com olhos de comprador, apenas confiando na informação entusiástica de um amigo íntimo, o Estadista e Jurisconsulto José Dias Ferreira, Manuel da Cunha arrematou esta Casa setecentista por 24.001\$000 réis, comprometendo-se a pagar a Contribuição do Registo e cedendo ao Inventariante as rendas do ano de 1866.

Pouco tempo depois, Manuel da Cunha Guimarães Ferreira — por intermédio do Solicitador Venâncio António Lago Sarmiento — requereu que fossem passados os *Éditos Citatórios de 30 dias* e se seguissem os termos da Lei, em virtude de ter pago os Direitos de Registo (Conhecimento N.º 6 — Distrito Administrativo de Lisboa — Bairro Alto — Terceira Secção — Contribuição de Registo por Título Oneroso, lançado no Livro competente a fols. 2), e de ter entrado com o preço da arrematação no Depósito Público (Livro 19, fols. 39, N.º 147, Reparação dos Orfãos), satisfazendo assim todos os encargos que pesavam sobre o Prédio.

(1) Um deles na porta do Prédio.

Na Sexta-feira 19 de Outubro de 1866 saíu o respectivo *Anúncio*, sob o N.º 3, no *Diário de Lisboa*, N.º 238, e foi passado, pelo Dr. Queirós, o *Mandado de Editos de 30 dias*, para se julgar livre e desembaraçada a propriedade da Casa. Nesse mesmo dia foram afixados os *Editais*, nos lugares acostumados (¹), pelo Oficial de Diligências da 1.ª Vara, Paiva e Silva, que apregoou o seu conteúdo, do que foram testemunhas presentes o já citado Albino José Alves de Azevedo e António dos Santos Pires de Oliveira, Oficial de Diligências da 2.ª Vara.

A 24 de Outubro de 1866 o Dr. Queirós ordenou ao Escrivão Jácome que desse posse interina a Manuel da Cunha, sem prejuízo de terceiros, o que foi feito no próprio dia.

Terminou a 19 de Novembro de 1866 o prazo concedido no *Mandado*; decorrerá um mês sem que tivesse chegado qualquer objecção ao conhecimento do Oficial de Diligências Paiva e Silva. E o processo seguiu os trâmites legais, até que, por *Sentença* do Dr. Queirós, de 28 de Novembro de 1866, se considerou a propriedade «*livre e desembaraçada para o arrematante Manuel da Cunha Guimarães Ferreira*», a quem foi mandado dar título.

Por fim, El-Rei o Senhor Dom Luís I, pelo Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, Juiz de Direito da 1.ª Vara da Comarca Judicial de Lisboa e dos Orfãos e Ausentes do Bairro de Alfama, mandou dar posse definitiva a Manuel da Cunha Guimarães Ferreira, «*para si e seus sucessores*», aos 21 dias de Dezembro do Ano da Graça de 1866. Assim entrou esta Casa Pombalina no património da Família de seus actuais proprietários.

Em *Escritura de contrato antenupcial, doação, hipoteca e obrigação*, lavrada a 23 de Janeiro de 1871 nas Notas do Tabelião Dr. Francisco Guilherme de Brito (Livro 51, fols. 80), o Comendador Manuel da Cunha Guimarães Ferreira doou a propriedade do Prédio, com reserva do usufruto, a sua sobrinha D. Joaquina Amélia da Cunha Guimarães, filha de João da Cunha e de sua mulher D. Felicidade Martins, contratada em se unir pelos laços do matrimónio a José Augusto de Campos Sousa, que foi director da «*Nova Companhia dos Ascensores Mecanicos de Lisboa*», filho de Estevão Cesário de Sousa e de sua mulher D. Maria Augusta de Almeida Campos.

Faleceu Manuel da Cunha a 28 de Agosto de 1885. A 2 de Setembro o casal Campos Sousa participou a morte ao Escrivão da Fazenda, declarando que, por ela, ficava na posse plena do Prédio. E a 14 de Outubro a Casa era averbada a favor de D. Joaquina Amélia, na

(¹) Um deles na porta do Prédio.

Conservatória do Registo Predial, 2.º Distrito da Comarca de Lisboa (Livro G 1.º, a fols. 11 v.).

Teve curta vida D. Joaquina Amélia: a 12 de Junho de 1887 entregou a alma a Deus, na flor da mocidade. Proceheu-se a Inventário Orfanológico, e na *Sentença Cível de Formal de Partilhas* passada a favor de José Augusto Campos Souza, e para título dos bens que lhe couberam em pagamento de sua meação, sob a Verba N.º 94, o valor total do Prédio foi fixado em 44.260\$000 réis; «mas attendendo a que ele precisa de obras, e que estas são muito despendiosas (sic.), por o predio ser muito grande, afim de poder conservar o referido rendimento, os louvados competentes entenderam dever abater d'aquelle dito valor total a quantia de dez contos duzentos sessenta mil réis, para a conservação do predio durante os vinte annos, e por isso os mesmos louvados deram o valor liquido a este mesmo predio e como livre e esento (sic.) de foro ou pensão, o valor venal de trinta e quatro contos de réis, com o qual á margem se sahe digo o valor venal de trinta e quatro contos de réis. Mas como o viuvo inventariante licitasse no mesmo predio a quantia de mil réis, por isso lhe coube no valor de trinta e quatro contos e um mil réis, com o que á margem se sahe».

A *Sentença*, assinada pelo Dr. António de Paula de Sousa Couceiro, Juiz de Direito da 4.ª Vara da Comarca de Lisboa e pelo Juiz Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, Conselheiro Miguel Osório Cabral, data de 2 de Junho de 1888.

O *Registo de Transmissão* a favor de José Augusto de Campos Sousa, tem a cota: N.º 4.720-1888-Julho 3-N.º 4; o respectivo *Certificado* foi passado por Francisco de Paula Zuzarte, Conservador Ajudante do Registo Predial no Segundo Distrito de Lisboa.

A 18 de Outubro de 1906 o rendimento colectável do Prédio era de 2.874\$000 réis, o que, com o desconto de 10 % para despesas de conservação, dava um rendimento colectável definitivo de 2.586\$600 réis.

(Continua)

INDICE DO 9.º VOLUME — 1946

A CAPELA DOS TERCEIROS DE JESUS, por FERREIRA DE ANDRADE	Pág. 92
A ERMIDA DE NOSSA SENHORA DO MONTE. S. GENS (Esboço monográfico), por HENRIQUE MARQUES JÚNIOR	» 49
A IGREJA DE NOSSA SENHORA DE JESUS, por FERREIRA DE ANDRADE.....	» 22
A «LISBOA DE ONTEM E DE HOJE» DO SR. ROCHA MARTINS, por MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO, LUÍS PASTOR DE MACEDO e outros, página 124 e	» 224
A PROPÓSITO DA ÁREA E DISTRIBUIÇÃO DOS JARDINS E PARQUES DE LISBOA, tese apresentada à 1.ª Conferência Bienal dos «Amigos de Lisboa», pelo DR. MANUEL VICENTE MOREIRA.....	» 85
AS IMAGENS E OS PAINÉIS DE S. DOMINGOS DE BEMFICA — Notas para a história artística de Manuel Pereira e Vicente Garducho, por CRUZ CERQUEIRA, página 136 e	» 203
ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» DURANTE O ANO DE 1945	» 44
«AMIGOS DE LISBOA» — (LISTA DOS SÓCIOS APROVADOS DURANTE O ANO DE 1945) ...	» 110
DOM AFONSO HENRIQUES E A NOSSA SENHORA DA ENFERMARIA, tese apresentada à 1.ª Conferência Bienal dos «Amigos de Lisboa», pelo PROF. COSTA SACADURA	» 155
GENTE CONHECIDA — António Marques Lésbio, por LUIZ PASTOR MACEDO.....	» 201
HISTÓRIA DE UMA CASA POMBALINA, por JOSÉ DE CAMPOS E SOUSA, páginas 99, 144 e.....	» 233

JARDINS ESPECIAIS DE LISBOA: INFANTIS, OPERÁRIOS E DOS CEMITÉRIOS, tese apresentada à 1. ^a Conferência Bienal dos «Amigos de Lisboa», pelo DR. MANUEL VICENTE MOREIRA.....	»	162
OS HABITANTES DE LISBOA IGNORAM A EXISTÊNCIA DOS SEUS MUSEUS DE ARTE, tese apresentada à 1. ^a Conferência Bienal dos «Amigos de Lisboa», pelo DR. JOÃO COUTO	»	82
O PROBLEMA HOSPITALAR, pelo DR. ALBERTO MAC-BRIDE	»	115
PAÇO REAL DE ALCÂNTARA — Sua localização — Elementos para a sua história desde o domínio filipino, pelo DR. JORDÃO DE FREITAS, com uma introdução e um aditamento por A. V. S.	»	117
1. ^a CONFERÊNCIA BIENAL DOS AMIGOS DE LISBOA — Actas das Secções de Estudos, lidas e aprovadas na sessão de encerramento	»	66
1. ^a SEMANA DOS «AMIGOS DE LISBOA» — Alocução proferida na inauguração da 1. ^a Conferência Bienal do Grupo, pelo Presidente da Junta Directiva, PROF. CELESTINO DA COSTA	»	59
— Algumas palavras junto da campa de Júlio de Castilho, por NORBERTO DE ARAÚJO	»	64
SOBRE A NUMERAÇÃO DAS RUAS DE LISBOA, tese apresentada à 1. ^a Conferência Bienal dos «Amigos de Lisboa», pelo ENG. VIEIRA DA SILVA	»	74
SUPERPOPULAÇÃO DE LISBOA, tese apresentada à 1. ^a Conferência Bienal dos «Amigos de Lisboa», pelo GENERAL RAÚL ESTEVES	»	160
TORNEIO REAL DE 1795, pelo ENG. D. FRANCISCO DE ASSIS DE ALMEIDA MENDIA	»	6
UM OLISIPONENSE ILUSTRE — (José Artur Leitão Barcia), por MÁRIO SAMPAYO RIBEIRO	»	3

E. Pinto Basto & C.^a, Limitada

LISBOA

Navegação
Carvão
Seguros
Representações
Exportações
Trânsitos
Etc., etc., etc.

No PORTO

Kendall, Pinto Basto
& C.^a, Limitada

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL. 63177-62178
AVENIDA 24 DE JULHO 138 - LISBOA

LÂMPADAS

LUMIAR

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTER MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES
GERADORES

ENAE

Fabrico nacional

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA / EXCELENTE ESTRADA MARGINAL
Rápido serviço de comboios eléctricos—Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante — Magnífica situação.

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico. Análises Clínicas — Gimnástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sôbre o mar. Restaurante-Bar.

PISCINA de água tépida — SALA de ARMAS
ESCOLA DE EQUITACÃO — STANDS DE TIRO

CASINO:

Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — Festas
Dancing — Restaurante — Bars
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

Companhia Carris de Ferro de Lisboa

SERVIÇO DE AUTO-CARROS A PARTIR DE 26 DE AGOSTO, DE 1946

Resumo dos novos horários — PRAÇA DO CHILE - ENCARNAÇÃO
(Vice-versa)

PARTIDA	DESTINO	DIAS ÚTEIS				DOMINGOS E FERIADOS			
		OBS.	1.º Carro	Último Carro	Intervalo entre Carros	OBS.	1.º Carro	Último Carro	Intervalo entre Carros
P. DO CHILE	ENCARNAÇÃO	B	6.12	6.36	24 m.				
		A	7.00						
		B	7.12	7.36	12 m.				
		A	7.48						
		B	8.00	8.36	6 m.	A	8.00	13.00	15 m.
		A	8.42			A	13.10	18.50	10 m.
		B	8.48	9.24	6 m.	A	18.58	21.38	8 m.
		A	9.30			A	22.02		
		B	9.36	10.00	6 m.	A	22.30	23.30	30 m.
		A	10.15	16.45	15 m.	A	23.54		
		B	17.00	18.00	12 m.	B	0.18	1.10	24 m.
		B	18.06	20.18	6 m.				
		B	20.30	20.54	12 m.				
		A	21.18	23.18	60 m.				
B	0.18								
B	0.42	1.06	24 m.						
ENCARNAÇÃO	P. DO CHILE	B	6.24	6.48	24 m.				
		A	7.12						
		B	7.24	7.48	12 m.				
		A	8.00						
		B	8.12	8.48	6 m.	A	8.15	13.15	15 m.
		A	8.54			A	13.25	18.45	10 m.
		B	9.00	9.36	6 m.	A	18.53	21.50	8 m.
		A	9.42			A	22.16		
		B	9.48	10.12	6 m.	A	22.45	23.15	30 m.
		A	10.30	17.00	15 m.	A	23.42	0.06	24 m.
		B	17.12	18.12	12 m.	B	0.30	1.22	24 m.
		B	18.18	20.30	6 m.				
		B	20.42						
		A	20.54						
B	21.18								
A	21.48	23.48	60 m.						
B	0.30	1.18	24 m.						

OBSERVAÇÕES — A — Via Aeroporto

B — Via Directa

TARIFAS

Praça do Chile — Encarnação 1\$00
Encarnação — Praça do Chile 1\$00

Lisboa, 21 de Agosto de 1946

A DIRECÇÃO

**AGENCIA BRITISH PAINTS
ALFREDO RODRIGUES
DÓS SANTOS**

Agentes exclusivos da

BRITISH PAINTS LTD.

A maior e mais moderna Fábrica
de tintas do Mundo

Consórcio das 6 melhores Fábricas
inglesas e mais 18 associadas em
todo o mundo

Av. da Liberdade, 69 — LISBOA

A G Ê N C I A E L I C E

DE

Alfredo Rodrigues dos Santos

EXPORTAÇÃO

IMPORTAÇÃO

COMÉRCIO

CORRECTOR DE SEGUROS

REPRESENTAÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Avenida da Liberdade, 69

Telefone 22119 — LISBOA

VINHO DO PORTO

« GRAHAM »

« Emperor »

« Five Crowns »

« Sixe Grapes »

« Imperial Dry »

— « Tawny » Velhíssimo

— Muito velho e sêco

— « Vintage » Velho do casco

— « Ruby » Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.^A

Rua dos Fanqueiros, 7

Lisboa - Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6

Porto - Tel. 880-1

CIMENTO TEJO

CANTARIAS — MARMORES

ANTONIO MOREIRA RATO & F.^{os}, L.^{da}

Telefone 60879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 74-F.

LISBOA

AO PEDIR

ÁGUA MINERAL

PEÇA



LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

Efeitos imediatos na digestão

— À venda em toda a parte —

Telef. 2 0244 Telleg. PAPELCAR

Papelaria

CARLOS

de Carlos Ferreira, Lda.

34, RUA DO OURO, 38
LISBOA

Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

Companhia Nacional de Navegação

EM 1881, há 65 anos,

a **Empresa Nacional de Navegação**

constituíu-se com dois vapores,
no total de 2.538 toneladas;

Em 1918, sucedeu-lhe a

Companhia Nacional de Navegação

que explora hoje cerca de 86 mil
toneladas e

Ao serviço do Império

leva o nome de Lisboa a todos os
mares do Mundo

OS PRODUTOS da

Companhia Portuguesa de Tabacos

SÃO OS PREFERIDOS
PELO FUMADOR EXIGENTE

PICADOS: «Superior», «Francês»,
«Virgínia», «Duque», «Holandês» e
«Águia»

CHARUTOS: «Peraltas»



Cigarrilhas

Gamas, Avis, Diana, Legionários,
Eureka, Menta, Lusos, Provisórios,
Sporting, Navalistas, Elegantes,
Turquesas, Tip-Top, Tagus, Se-
reias, Sado, Ases, Sagres, Chic, Lisboa P, Peitoral,

CIGARRILHAS DE CAPA DE
TABACO: «Mimosos»

SÃO MARCAS DA

Companhia Portuguesa de Tabacos

Arrendatária das Fábricas
e marcas de Tabacos do Estado

OS BONS COZINHEIROS



PREFEREM O GAS

Ourivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

DIAS — OURO — PRATAS — RELOGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336
Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA

Leiam:

PEDRA DO DEMÓNIO

pelo prof. JOSÉ RODRIGUES

Um romance em que se tocam, com fina ironia, diversos aspectos sociais

EDIÇÃO DA
PARCERIA ANTÓNIO
MARIA PEREIRA

Preço
30\$00

A LOJA DO ARCO

que é uma *Sapataria*
onde não se paga luxo
e serve bem, concede
ainda um desconto
especial aos

AMIGOS DE LISBOA

Rua da Mouraria, 1
LISBOA—Telef. 2 9084



MARCA REGISTRADA

Tele { fones: 58135-58136
gramas: MALHAS

Códigos { ABC—5.ª Edição
RIBEIRO

Simões & C.ª LIMITADA

Avenida Gomes Pereira // Benfica
FUNDADA EM 1905

A mais importante Fábrica de artefactos
de malha do País. Fabricação de meias,
peúgas, camisolas e roupa de malha
para homens, senhoras e crianças, em
algodão, lã e seda

Criadora da bem conhecida e acreditada meia
«SUPER KALIO»
e das roupas «SUPREMA»

Feliciano José da Silva



*Ourivesaria, Jóias
e Relojoaria*



Rua Aureda, 163
LISBOA



Leilões de livros

Procure, para venda dos
seus livros, a única forma
de os colocar bem

ARNALDO HENRI-
QUES DE OLIVEIRA

Já fez 127 leilões

L. do Calhariz, 14
Telef. 2 8477



CAMISARIA
TUFÃO, L.ª DA

NOVIDADES PARA HOMENS

Rua Nova do Almada, 76
LISBOA // Tel. 2 1831

Miguel A. Fraga, L.ª R. da Palma, 26-28—LISBOA
TELEFONE 2 8503

Ourivesaria, relojoaria e joalheria

Grande sortido em MONOGRAMAS
de ouro e prata para carteiras

é sempre jóias em 2.ª mão

Tudo mais barato

Compra-se Ouro, Prata
e Brilhantes

Descontos especiais a todos
os «Amigos de Lisboa»

Especialidade em Anéis, Meda-
lhas, Alfinetes, etc., com retra-
tos emoldurados

Bertrand (Irmãos), L.ª

Fotogravura

Tipografia

Fotólito

Desenho